

Grupo DIREITO E POBREZA

Criado em 2006, pelo Professor Titular do Departamento de Direito Comercial, Calixto Salomão Filho, e sob supervisão acadêmica da pesquisadora Brisa Ferrão, o Grupo Direito e Pobreza é um grupo de pesquisa interdisciplinar que visa desenvolver uma nova linha de pesquisa em direito, além de incentivar a produção de trabalhos empíricos e artigos científicos. Embora seja uma iniciativa da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) e do Instituto de Direito do Comércio Internacional e Desenvolvimento (IDCID), o grupo é composto por pesquisadores de graduação e pós-graduação de outras áreas de conhecimento, como economia, história e sociologia.

O objetivo do grupo, em linhas gerais, é desenvolver estudos sobre a evolução histórica da pobreza no Brasil e as estruturas jurídicas e econômicas que a influenciaram. Os pesquisadores, por meio da utilização do método de análise histórica e econômica, são direcionados a identificar as origens estruturais da concentração de renda e da pobreza no processo de colonização e industrialização do Brasil. As pesquisas por eles realizadas têm como foco o estudo das estruturas jurídicas criadas nestes processos e as formas de concentração de poder econômico. A principal hipótese de estudo a ser investigada é o modo como a pobreza (absoluta e relativa) e a distribuição de renda no Brasil foram influenciadas pelas estruturas privadas monopolísticas geradas durante os períodos de colonização e de industrialização brasileiros.

Além do livro *Concentração, Estruturas e Desigualdade - As Origens Coloniais da Pobreza e da Má Distribuição de Renda*, dos autores Calixto Salomão Filho, Brisa Ferrão e Ivan César Ribeiro, o Grupo Direito e Pobreza apresenta relevante produção científica que inclui os seguintes trabalhos: a série *Cadernos Direito e Pobreza*, publicação periódica do grupo destinada a divulgar a produção dos pesquisadores de graduação e pós-graduação; o livro *Direitos de Propriedade Intelectual e Saúde Pública - Acesso Universal aos Medicamentos Anti-retrovirais no Brasil*, produzido juntamente com o Grupo de Propriedade Intelectual e Tecnologia da Informação do IDCID, pelos autores Mariestela Basso, Calixto Salomão Filho, Fabrício Polido e Priscilla César e o livro *Poder Econômico - Direito, Violência, Poder e Corrupção*, publicação organizada pelos autores Tércio Sampaio Ferraz Jr., Calixto Salomão Filho e Fábio Nusdeo.

Além das atividades de ensino e pesquisa, o grupo também desenvolve atividades de cultura e extensão, por meio da disciplina *Elaboração de uma Proposta Estruturalista para Direitos Econômicos e Sociais*, com apoio financeiro da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão da USP. Esta atividade visa incentivar os alunos de graduação e pós-graduação a dialogarem diretamente com o Poder Público, mediante a apresentação de propostas concretas de políticas públicas capazes de gerar modificações nas estruturas jurídicas e econômicas do País.

A produção científica do grupo, assim como a descrição de suas principais atividades, estão disponíveis na página do Grupo Direito e Pobreza, no sítio eletrônico da Faculdade de Direito da USP (<http://www.direito.usp.br>).

As Origens Coloniais da Pobreza e da Má Distribuição de Renda

CONCENTRAÇÃO, ESTRUTURAS E DESIGUALDADE

CONCENTRAÇÃO, ESTRUTURAS E DESIGUALDADE

As Origens Coloniais da Pobreza e da Má Distribuição de Renda



CALIXTO SALOMÃO FILHO
BRISA LOPES DE MELLO FERRÃO
IVAN CÉSAR RIBEIRO




CONCENTRAÇÃO, ESTRUTURAS E DESIGUALDADE

*As Origens Coloniais da Pobreza
e da Má Distribuição de Renda*

CALIXTO SALOMÃO FILHO
BRISA LOPES DE MELLO FERRÃO
IVAN CÉSAR RIBEIRO





**Concentração, Estruturas e Desigualdade:
As Origens Coloniais da Pobreza e da Má Distribuição de Renda**

Copyright ©
Calixto Salomão Filho
Brisa Lopes de Mello Ferrão
Ivan César Ribeiro

Copyright © The International Trade and Development Institute/
Instituto de Direito do Comércio Internacional e
Desenvolvimento (IDCID), 2008. O conteúdo da presente
publicação é de inteira responsabilidade dos autores e
não reflete necessariamente a visão do IDCID. É permitida a
reprodução do conteúdo deste texto e dos dados
nele contidos, desde que citada a fonte.
Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Ilustração: OSGEMEOS
Foto preto e branca, 2006
Técnica mista sobre madeira
[mixed media on wood]
200 x 160 x 11 cm
Foto: Eduardo Ortega
Cortesia Galeria Fortes Vilaça, São Paulo

Editado por
Grupo Direito e Pobreza
Instituto de Direito do Comércio Internacional e Desenvolvimento
- IDCID
Rua Ferreira de Araújo, 221, cj. 43
05428-000 - São Paulo - SP - Brasil
www.idcid.org.br

Desenvolvimento editorial: Microart
www.microart.com.br

Capa: Ivan Fernando Coelho
CSZ Design
www.csz.com.br

CONCENTRAÇÃO, ESTRUTURAS E DESIGUALDADE

*As Origens Coloniais da Pobreza
e da Má Distribuição de Renda*



CALIXTO SALOMÃO FILHO
BRISA LOPES DE MELLO FERRÃO
IVAN CÉSAR RIBEIRO







AGRADECIMENTOS

À Fundação Ford, em particular, à Dra. Ana Toni e à Dra. Ondina Leal, pelo importante apoio concedido aos projetos do Grupo Direito e Pobreza nesses anos de maturação de idéias e novas concepções.

À economista Joana Naritomi, pelos dados geográficos cedidos generosamente e pelo constante diálogo acadêmico.

Ao pesquisador Marco Aurélio Braga, pelo levantamento de dados realizado, em especial pelo incessante trabalho do mapeamento dos ciclos econômicos brasileiros.

Aos artistas plásticos Gustavo e Otávio Pandolfo (Os Gemêos), e a Galeria Fortes Vilaça, pela doação da ilustração da capa, a imagem da tela “Foto preto e branca”, 2006.

Ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em especial ao chefe da unidade estadual do IBGE em São Paulo, Francisco Garrido Barcia, pela doação dos bancos de dados das publicações Perfil dos Municípios Brasileiros – Gestão Pública 2001, 2002, 2004, 2005 e Cultura 2006.

Ao Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), em especial ao coordenador-geral de agroameteorologia, Alaor Moacyr Dall'Antonio Jr., pela doação dos dados das normais climatológicas de 1931-1960 e 1961-1990.

À Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), em especial ao pesquisador da EMBRAPA solos, Jesus Fernando Mansilla Baca, pelos dados de localização e tipos de solos dos municípios brasileiros.

Ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em especial ao estatístico Marcos Paulo de Rocha Eirado, pelos dados referentes às eleições municipais de 2004.

À Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP), em especial ao Departamento de Direito Comercial, pelo ambiente acadêmico estimulante oferecido aos autores para a realização de suas reuniões.

E, finalmente, ao Instituto de Direito do Comércio Internacional e Desenvolvimento (IDCID), pelo apoio institucional e financeiro à pesquisa.





O GRUPO DIREITO E POBREZA

Criado em 2006, pelo Professor Titular do Departamento de Direito Comercial, Calixto Salomão Filho, e sob supervisão acadêmica da pesquisadora Brisa Ferrão, o Grupo Direito e Pobreza é um grupo de pesquisa interdisciplinar que visa desenvolver uma nova linha de pesquisa em direito, além de incentivar a produção de trabalhos empíricos e artigos científicos. Embora seja uma iniciativa da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) e do Instituto de Direito do Comércio Internacional e Desenvolvimento (IDCID), o grupo é composto por pesquisadores de graduação e pós-graduação de outras áreas de conhecimento, como economia, história e sociologia.

O objetivo do grupo, em linhas gerais, é desenvolver estudos sobre a evolução histórica da pobreza no Brasil e as estruturas jurídicas e econômicas que a influenciaram. Os pesquisadores, por meio da utilização do método de análise histórica e econômica, são direcionados a identificar as origens estruturais da concentração de renda e da pobreza no processo de colonização e industrialização do Brasil. As pesquisas por eles realizadas têm como foco o estudo das estruturas jurídicas criadas nestes processos e as formas de concentração de poder econômico. A principal hipótese de estudo a ser investigada é o modo como a pobreza (absoluta e relativa) e a distribuição de renda no Brasil foram influenciadas pelas estruturas privadas monopolísticas geradas durante os períodos de colonização e de industrialização brasileiros.

Além do livro *Concentração, Estruturas e Desigualdade – As origens coloniais da pobreza e da má distribuição de renda*, dos autores Calixto Salomão Filho, Brisa Ferrão e Ivan César Ribeiro, o Grupo Direito e Pobreza apresenta relevante produção científica que inclui os seguintes trabalhos: a série *Cadernos Direito e Pobreza*, publicação periódica do grupo destinada a divulgar a produção dos pesquisadores de graduação e pós-graduação; o livro *Direitos de Propriedade Intelectual e Saúde Pública – Acesso universal aos medicamentos anti-retrovirais no Brasil*, produzido juntamente com o Grupo de Propriedade Intelectual e Tecnologia da Informação do IDCID, pelos autores Mariestela Basso, Calixto Salomão Filho, Fabrício Polido e

Priscilla César e o livro *Poder Econômico – Direito, violência, poder e corrupção*, publicação organizada pelos autores Tércio Sampaio Ferraz Jr., Calixto Salomão Filho e Fábio Nusdeo.

Além das atividades de ensino e pesquisa, o grupo também desenvolve atividades de cultura e extensão, por meio da disciplina *Elaboração de uma Proposta Estruturalista para Direitos Econômicos e Sociais*, com apoio financeiro da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão da USP. Esta atividade visa incentivar os alunos de graduação e pós-graduação a dialogarem diretamente com o Poder Público, mediante a apresentação de propostas concretas de políticas públicas capazes de gerar modificações nas estruturas jurídicas e econômicas do País.

A produção científica do grupo, assim como a descrição de suas principais atividades, estão disponíveis na página do Grupo Direito e Pobreza, no sítio eletrônico da Faculdade de Direito da USP (<http://www.direito.usp.br>).



APRESENTAÇÃO

Este livro apresenta uma explicação alternativa para os padrões de desenvolvimento, pobreza e desigualdade social observados entre ex-colônias. As estruturas legais e econômicas são sugeridas como a principal causa para o sofrível desempenho econômico desses países, lado a lado com as causas institucionais e geográficas.

A nova abordagem aqui apresentada sugere que os efeitos das estruturas sobre a pobreza e a desigualdade de renda ocorrem por meio da concentração econômica – ao negar o acesso de outros setores da economia ao mercado, à mão-de-obra disponível e ao capital e ao crédito essas estruturas perpetuam a iniquidade social.

A importância da história econômica, principalmente da fase colonial, para o entendimento da formação das estruturas também é ressaltada. Episódios da história colonial da América Latina são apresentados como suporte dos principais conceitos e idéias, bem como são apresentados os resultados de uma análise econométrica dos ciclos econômicos brasileiros da cana-de-açúcar, do ouro e do café.

De fato, os resultados referentes aos ciclos da cana, do ouro e do café dão suporte à sugestão dos efeitos negativos das estruturas econômicas e legais sobre a pobreza e desigualdade social, que explicariam melhor do que as hipóteses tradicionais (institucionais e geográficas) as diferenças entre os níveis de pobreza dos municípios brasileiros.

Os Autores





ÍNDICE

1. Introdução	13
2. As estruturas jurídicas e econômicas	19
2.1 Origens coloniais do subdesenvolvimento	21
2.2 Geografia, instituições de facto e de jure	22
3. Análise comparativa da evidência empírica	25
4. A hipótese neo-estruturalista	29
4.1 Estruturas econômicas e drenagem social de recursos	30
4.2 Os ciclos econômicos brasileiros e seus efeitos econômicos e sociais	34
4.2.1 Ciclos e estímulo econômico	34
4.2.2 Ciclos e estruturas econômicas	37
4.2.2.1 Ciclos e estado nacionais	38
4.2.2.2 Ciclos, estruturas e formas de trabalho	40
4.2.3 Ciclos, estruturas e efeitos sociais	42
5. O teste empírico	51
5.1 Efeitos da drenagem de recursos	52
5.2 Variáveis do modelo	53
5.3 O modelo econométrico	55
5.4 O mapeamento dos ciclos econômicos	56
5.4.1 Ciclo da cana-de-açúcar	57
5.4.2 Ciclo do Ouro	57
5.4.3 Ciclo do Café	58
5.5 Estratégias de identificação	58
6. Resultados	63
6.1 Compatibilidade com os dados de Naritomi <i>et al.</i>	63

CONCENTRAÇÃO, ESTRUTURAS E DESIGUALDADE

6.2	A Influência das variáveis geográficas e institucionais sobre a pobreza e desigualdade	66
6.3	Os ciclos econômicos e as estruturas	69
	Conclusões e futuras linhas de pesquisa	79
	Bibliografia	81
	Referências	86
	Ciclo da Cana	87
	Ciclo do Ouro	88
	Ciclo do Café	89

INTRODUÇÃO

O processo de colonização deixou em diversos países uma herança de pobreza crônica e desigualdade na distribuição de renda, uma situação que persiste através dos séculos e é resistente a toda sorte de políticas públicas. O processo de ocupação do Novo Mundo e outras regiões foi orientado pela extração máxima de renda por um grupo bastante restrito de pessoas, e redundou na concentração econômica que está na origem do subdesenvolvimento da região.

A desigualdade e a pobreza estão no cerne desse processo e, mais do que um resultado indesejado do processo concentrador, são elementos definidores da própria colonização. Desde o início, o desenvolvimento das atividades econômicas nas colônias se deu de forma a garantir que nenhum recurso, além do mínimo necessário fosse empregado em outras atividades que não as destinadas a produzir as rendas monopolistas, em um primeiro instante apropriadas pelo colonizador e, posteriormente, pelos que o sucederam no controle dos territórios. Todo e qualquer outro setor da economia deveria ser mantido operando em níveis de subsistência, isso se não fosse possível a sua simples eliminação. Nenhum setor da economia teria acesso a um mercado consumidor amplo, ao capital ou mesmo à mão-de-obra disponível. Salários seriam mantidos em seu nível de subsistência, propiciando grandes transferências de renda, obrigando o trabalhador à maior jornada possível de trabalho e confiscando imediatamente todo e qualquer ganho de produtividade. Esses acabaram por ser os determinantes estruturais da pobreza e desigualdade hoje observados nos países colonizados por nações ocidentais.

O aparato criado para garantir a extração de renda, por meio da opção deliberada pela concentração de renda, concessão de monopólios e geração da pobreza, cristalizou-se em estruturas jurídicas e econômicas capazes de perpetuar esses efeitos. Essas es-

truturas são bastante diferentes das assim chamadas instituições (North, 1990, Acemoglu *et al.*, 2001, Greif, 1993). A definição do que se chama de “instituições” varia bastante conforme a área de conhecimento (economia, sociologia, direito e outras), e mesmo dentro de cada área. A formulação de Greif (1993) parece reunir de forma razoável muitas dessas definições. Segundo o economista, as instituições são aqueles elementos (normas, crenças, cultura e organizações) destinados a produzir a previsibilidade dos comportamentos dos agentes econômicos, de forma a facilitar as transações e assim diminuir os custos de transação.¹ De acordo com essa abordagem, o baixo desempenho das economias periféricas poderia ser atribuído inicialmente a políticas macroeconômicas equivocadas e, em segundo lugar, a falta de instituições adequadas (Helpman, 2004, cap. 7) – ou seja, neste segundo caso alguma espécie de choque exógeno teria produzido instituições deficientes e elas perpetuariam inicialmente o subdesenvolvimento e, por meio do baixo crescimento econômico, perpetuariam também a pobreza e a desigualdade social.²

As estruturas diferem de qualquer das definições tradicionais de instituições, podendo mesmo coexistir com estas. O primeiro aspecto que as diferencia refere-se a sua finalidade – elas não es-

-
1. Os custos de transação são aqueles custos em que as partes incorrem para realizar um negócio, e foram definidos de forma sintética por Coase (1937) como os custos de se utilizar o mercado na condução de negócios. Esses custos seriam comparados pelos agentes aos custos de se conduzir os negócios dentro de uma empresa, por meio da integração de atividades (Williamson, 1985), e seriam os determinantes do tamanho das empresas e, em última análise, do grau de concentração em uma indústria.
 2. Entretanto, Hausman, Pritchett e Rodrik (2004), ao avaliar as causalidades por trás de episódios de crescimento sustentado, concluíram que muitos deles não são precedidos por mudanças da política econômica ou dos arranjos institucionais, tendo um caráter muito mais idiossincrático do que fazem crer alguns teóricos do crescimento econômico. Estudo do mesmo ano de Glaeser *et al.* (2004) conclui que as melhoras no acesso ao ensino e a adoção de boas políticas teriam favorecido o crescimento econômico, e que a melhora das instituições ocorreu apenas após se alcançar o crescimento.

As origens coloniais da pobreza e da má distribuição de renda

tão destinadas a produzir a regularidade de comportamentos, ou mesmo a produzir o respeito à propriedade e aos contratos. Seu fim último é mesmo a extração de renda, a ser garantida pela concentração e pelo monopólio. As estruturas excluem os agentes econômicos do mercado, limitam a liberdade da mão-de-obra, concentram o acesso ao capital (financeiro ou humano) e ao crédito, existindo inclusive evidência de sua maior importância na explicação de fenômenos econômicos quando comparadas às instituições. De fato, testes empíricos confrontando as tradicionais hipóteses institucionalistas com as hipóteses de concentração econômica apontam essas últimas como mais importantes. Ribeiro (2006a) testa a influência sobre a formação das taxas de juros da assim chamada *incerteza jurisdicional*³ e da concentração no mercado de crédito. O estudo mede o efeito sobre as taxas de juros de uma concentração relativamente pequena, expressa pelo episódio da compra do Banco Fiat pelo Banco Itaú. Ocorrida em dezembro de 2002, a compra fez com que um banco sem interesse em limitar as quantidades financiadas passasse a operar dentro do padrão de comportamento oligopolista dos bancos não vinculados às montadoras. O efeito foi o de um aumento de longo prazo estimado em 4,3% nas taxas de juro. Quando levados em conta a possível endogeneidade, a incerteza jurisdicional deixa de ser significativa na explicação da formação da taxa de juros⁴. Assim, a concentração econômica, expressão das estruturas no processo de desenvolvimento, parece de fato ter mais relevância do que as assim chamadas causas institucionais.

A segunda diferenciação se faz por meio da sua duração no tempo. Enquanto muitos economistas lidam com dificuldade com a

-
3. Medida pela proporção de ações judiciais discutindo contratos de financiamento com cláusula de alienação fiduciária (Lei 911/69). O conceito de *incerteza jurisdicional* foi cunhado por Arida, Bacha e Lara Resende (2005) com base em suposta evidência empírica do favorecimento da parte mais fraca e do devedor em ações judiciais. Para uma resenha e teste empírico sobre a validade do conceito vide Ferrão e Ribeiro (2007).
 4. Vide Ribeiro 2005a, testando a influência das ações judiciais sobre as taxas de juros por meio de modelos de Vetores Auto Regressivos – VAR.

questão da perpetuação de instituições deficientes (Acemoglu *et al.* 2002, Rajan e Zingales, 2006, 2004, North, 1990), que representam um grande desafio teórico, as estruturas jurídicas e econômicas têm uma explicação natural para a sua permanência. Tendo sido desenhadas para garantir a exclusão da maioria e a concentração econômica, com claros reflexos no acesso a todo e qualquer meio de participação social, sua permanência é natural e, mais do que isso, difícil de ser extinta. Os privilégios são apropriados de tempos em tempos pelos grupos mais diversos, sucedendo-se uns aos outros na posse do aparato destinado a garantir a concentração.

Condições materiais do processo de colonização e do progresso econômico colocam desafios a essas estruturas, minando por vezes seu poder concentrador. Durante a história se verifica a existência de períodos em que o domínio, por exemplo, sobre os capitais ou sobre a mão-de-obra não foi exercido em toda a extensão possível. O grupo que controla essas estruturas jurídicas e econômicas teve que ceder um pouco mais do que acharia razoável, pagando eventualmente salários um pouco acima da subsistência ou permitindo o florescimento de pequenos negócios e o empreendedorismo de membros nascidos fora do círculo destinado a usufruir das riquezas. A drenagem de recursos dos outros setores da economia terá, assim, intensidade diferente em cada um dos ciclos econômicos e em cada região do País, conforme mostrou Celso Furtado ao analisar os ciclos econômicos brasileiros.

Dessa forma, o grau de concentração e, por conseqüência, os padrões de pobreza e de desigualdade observados entre as diversas regiões do Brasil e de outras ex-colônias podem ser rastreados até episódios da ocupação colonial e mesmo encontrados em atividades econômicas de desenvolvimento mais recente. A análise desses episódios ajuda a entender o atual estágio de desenvolvimento do País, assim como seus níveis de pobreza e a desigualdade de renda, e nesse processo vislumbra-se melhor a influência das estruturas econômicas e jurídicas sobre o fenômeno.

Assim, na tentativa de analisar o papel que as estruturas jurídicas e econômicas tiveram no processo de desenvolvimento dos países desenvolvidos, assim como na variação dos indicadores de pobreza, optou-se por organizar o presente estudo em sete partes. Após esta introdução, na segunda parte são apresentadas as diferenças entre as hipóteses neo-estruturalista, geográfica e neo-

As origens coloniais da pobreza e da má distribuição de renda

institucionalista. Na terceira parte é feita a análise comparativa das evidências empíricas da influência dos ciclos coloniais sobre o desempenho econômico recente e na quarta são apresentadas as evidências históricas do fenômeno. A quinta parte traz um teste empírico e quantitativo, feito pela extensão do modelo criado e discutido por Naritomi, Soares e Assunção (2007a, 2007b) e por Menezes *et al.* (2006), em que se coleta a evidência de que as estruturas jurídicas e econômicas subsistem como uma explicação para o subdesenvolvimento, lado a lado com as explicações geográficas e institucionais. Demonstra-se ainda no teste empírico a importância do processo colonizador, mediado por meio dessas estruturas, nos padrões de pobreza e desigualdade observados. A sexta parte apresenta os resultados do teste empírico e a sétima parte as conclusões.



AS ESTRUTURAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS

SUMÁRIO: 2.1 Origens coloniais do subdesenvolvimento
– 2.2 Geografia, instituições de *facto* e de *jure*.

O poder econômico parece ser um elemento de grande importância na explicação dos padrões de distribuição de renda e de pobreza observados no Brasil e em outros países. Sua influência se dá por meio da criação de estruturas concentradoras, que acabam sendo os determinantes do alto grau de desigualdade de renda e da pobreza aguda observadas nessas regiões, com efeitos que vêm se consolidando desde a época colonial.⁵ A criação de estruturas concentradoras chegou até mesmo à administração da justiça,⁶ hipótese que encontra respaldo inclusive empírico (Ribeiro-

-
5. Alguns autores tentam estabelecer outras relações entre desigualdade e crescimento. Para Persson e Tabelini (1994) a desigualdade social aumenta o apoio às políticas redistributivas, feitas pela taxaço. Ao taxar o investimento e outras iniciativas aptas a gerar crescimento econômico, a desigualdade social acaba sendo prejudicial ao próprio desenvolvimento econômico. Alesina e Angeletos (2005) sugerem outra causalidade. O maior apoio às políticas redistributivas leva ao crescimento do aparato governamental e das oportunidades de corrupção. Ao final, esse aparato acaba por comprometer até mesmo as políticas redistributivas. Nesses dois exemplos o aparato criado para suportar as políticas redistributivas, entretanto, pode ser também entendido como uma ampliação das estruturas – o tamanho do governo assim estaria diretamente ligado às políticas concentradoras e os exemplos de Persson e Tabelini, e de, Alesina e Angeletos, são mais propriamente expressão das estruturas.
 6. Faundez (1997, p. 11; veja também Trubeck e Galanter, 1974) aponta casos em que o desenvolvimento da infra-estrutura jurídica alcançado no bojo do movimento de *Law & Development* resultou na apropriação

ro, 2007b). Se neste último estudo o autor mostra, por um lado, o efeito da desigualdade social sobre a hipótese da *Subversão Paroquial da Justiça*, por outro lado seu modelo prevê explicitamente a hipótese da justiça como concentradora de renda.⁷

A forma de atuação dos monopólios legais e econômicos no Brasil levou à concentração não apenas no mercado consumidor, com a conseqüente redução do bem-estar social associada às perdas de peso morto, mas à concentração e extração de renda no mercado de trabalho e à concentração e extração de recursos inter-setorial. Esses monopólios atuam extraindo toda a renda possível do consumidor e do trabalhador dentro do setor explorado, exercendo de fato seu poder econômico. Os outros setores da economia, tanto aqueles complementares à atividade monopolística quanto os absolutamente estranhos a essa atividade, não ficam imunes a essa concentração – os primeiros podem ser tolerados e eventualmente estimulados, porém extraindo-se toda a renda neles gerada até o nível do lucro econômico mínimo. Os últimos, no entanto, são vistos como concorrentes da atividade principal, e são permanentemente desestimulados e, como conseqüência, reduzidos muitas vezes ao nível da subsistência, quando não extintos.⁸

A ocupação econômica das colônias, levando a criação de setores dominantes, setores dinâmicos e setores dependentes, foi exercida principalmente por meio da regulação, com a clara captura

pelas elites locais dessa infra-estrutura para aumentar a concentração e garantir privilégios. Na realidade, é clara no exemplo dos autores a confusão entre a importação de modelos alienígenas e a criação de estruturas, que parece explicar mais apropriadamente os resultados da análise do movimento de *Law and Development*. Essa mesma confusão ocorre em Berkowitz *et al.* (2003), como se verá adiante, quando esses analisam o assim chamado “transplante legal”.

7. O autor trata a hipótese de causalidade reversa através de um modelo de dois estágios, que tenta separar o efeito da justiça sobre a concentração de renda de seu inverso. A diferença significativa entre os coeficientes obtidos nas regressões por mínimos quadrados ordinários e as regressões em dois estágios dão suporte à hipótese neo-estruturalista de apropriação da justiça e da resultante concentração e aumento da pobreza.

8. Cf. Furtado (1976, p. 35-36).

da esfera legal e política pelo poder econômico. O direito aparece assim como o principal instrumento dos determinantes estruturais, conseqüentemente, da concentração de renda e, em última análise, da pobreza.

2.1 Origens coloniais do subdesenvolvimento

O papel do direito na atual má distribuição de renda e na pobreza é, portanto, um determinante histórico da situação de muitos países, em especial na América Latina. Atribuir esse papel histórico ao direito, com origens no próprio processo de colonização, poderia levar a certa confusão com uma linha de pesquisa recente, derivada da nova economia institucional, que investiga as origens coloniais do subdesenvolvimento de alguns países. Acemoglu, Johnson e Robinson (2001, também em Acemoglu e Robinson, 2002) estão entre os expoentes mais conhecidos dessa literatura, e a sua hipótese principal é a de que as diferentes condições geográficas e climáticas e as diferentes dotações de recursos naturais resultariam em padrões diferentes de colonização e, por conseqüência, na criação de diferentes ambientes institucionais. As instituições surgidas nessa época colonial teriam levado aos diferentes padrões de desenvolvimento econômico, observados principalmente através de indicadores de produção agregada e *per capita*, como conseqüência do nível de garantia de execução dos contratos e dos direitos de propriedade em cada colônia.

O que esses estudiosos propõem em última análise é que o subdesenvolvimento se deu como um efeito indesejado do processo inicial de ocupação do novo mundo. Instituições ineficientes foram criadas na origem, levando ao desempenho sofrível das economias da região na etapa posterior. O que esses estudos ignoram é que não existe um papel relevante para as instituições na forma descrita tradicionalmente pelos seus teóricos (North, 1990, Williamson, 1985). A ocupação se deu de forma preordenada, com o objetivo claro de extrair a renda e garantir sua apropriação por um grupo bastante restrito de pessoas. As normas legais estão no cerne desta operação, e foram editados tantos decretos, leis, e outros atos normativos oficiais, quantos necessários a essa apropriação e drenagem de recursos. Crenças e cultura, organizações formais e

informais, e valores sociais foram sendo moldados por essa estratégia de ocupação, e são reflexos dos determinantes estruturais que, no Brasil e nos países da América latina em geral, desembarcaram com os decretos de concessão de poderes e com as nomeações oficiais feitas pelos monarcas dos reinos de Portugal e Espanha. A edição de normas está relacionada com a desigualdade social e a pobreza, e não com os indicadores institucionais propostos nesses estudos. Berkowitz, Pistor e Richard (2003) sugerem que a forma da criação das instituições foi mais importante do que o transplante de instituições legais, com um efeito positivo quando o processo foi conduzido pelos próprios habitantes das colônias – acreditamos que nesse caso os habitantes das colônias conseguiram na verdade evitar a instalação das estruturas concentradoras. Assim, não seria nenhum excesso afirmar que o que alguns autores denominam de transplante legal pode ser interpretado como uma imposição das estruturas concentradoras.

2.2 Geografia, instituições de *facto* e de *jure*

Uma linha mais recente procura justificar as diferenças de desenvolvimento entre os países a partir das dimensões continentais que estiveram sob o domínio do mesmo colonizador, como no caso do Brasil (Acemoglu *et al.*, 2006). A heterogeneidade do desenvolvimento no Brasil poderia colocar um senão à teoria institucionalista, pois facilmente se observaria que as instituições deveriam ser homogêneas, dadas a origem comum das regiões, a uniformidade da lei, da língua e outros aspectos da ocupação. Segundo esses pesquisadores, as diferenças seriam explicadas pela variação nas instituições *de facto*, contrapostas a aparente uniformidade das instituições *de jure*. Mesmo tomando como próximos o conceito de instituições *de facto* e o judiciário,⁹ o que não é pacífico como se verá do desenvolvimento da pesquisa, ignoram os pesquisadores que o direito poderia produzir e, em realidade produziu, diferentes efeitos em cada região do País. As normas são e foram editadas

9. Por exemplo, Almeida e Carneiro (2005) atribuem diferentes níveis de exigência do cumprimento da legislação trabalhista a variações na atuação do Judiciário e do Poder Público.

As origens coloniais da pobreza e da má distribuição de renda

visando garantir o processo de concentração e de apropriação da renda, e se direcionam de forma particular e diferenciada a cada região. Mesmo quando não há limitação geográfica já em seu corpo, concedendo privilégios monopolísticos em tal ou qual região, elas exercem seu efeito seletivo ao disciplinar sobre determinadas atividades e matérias. Por exemplo, a disciplina do comércio e produção do açúcar, embora emanada de normas gerais, direcionava-se ao Nordeste brasileiro, que concentrava na prática toda a produção nacional.

Por fim, existe um grande erro metodológico em tais estudos, oriundo do viés marginalista predominante em todos eles. A medida de desenvolvimento sistematicamente utilizada é a da produção agregada e a sua variação, medida principalmente através do Produto Interno Bruto. A redução da pobreza e da desigualdade social são bens de reconhecida importância (Sen, 1999), e implicam em aumento do bem-estar mesmo quando não existe variação no produto, ou mesmo ainda quando o equilíbrio se dá em níveis de produção menores. Outro senão à ênfase no produto interno é o de que PIB, pobreza e desigualdade não andam sempre na mesma direção. O crescimento do PIB pode ser feito à custa de uma crescente concentração de renda, a exemplo do Brasil, que com a adoção do II PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo), optou por desenvolver uma política econômica de transferência de renda do trabalho para a indústria, o que resultou no aumento da desigualdade social. O crescente número de pobres e miseráveis em meio à população não será um empecilho ao crescimento econômico até que a desigualdade de oportunidades comece a minar esse mesmo crescimento. Ao fim, o crescimento econômico baseado no monopólio e no aumento da desigualdade e pobreza não será sustentável.



ANÁLISE COMPARATIVA DA EVIDÊNCIA EMPÍRICA

O tratamento empírico conjunto das três hipóteses até aqui apresentadas, a neo-estruturalista, a institucionalista e a geográfica, mostra-se necessário já que todas elas poderiam ser atribuídas às diferenças na forma de ocupação das colônias. A comparação entre as hipóteses geográfica e institucional tem se desenvolvido desde o debate iniciado entre Acemoglu e Sachs.¹⁰ No Brasil testes empíricos foram propostos por Menezes-Filho *et al.* (2006), comparando instituições, geografia e desempenho econômico entre os Estados brasileiros, e Naritomi *et al.* (2007a)¹¹, fazendo a comparação para uma amostra de municípios.

O estudo de Menezes *et al.* (2006) examina o efeito das instituições sobre o desenvolvimento econômico. A análise compara o desempenho entre os Estados brasileiros, o que garante que as assim chamadas instituições formais, em especial legislação, sistema político e judiciário, possam ser consideradas constantes na amostra. Dada a possibilidade de causalidade reversa, com melhores instituições resultando em melhor desempenho econômico (Glaeser *et al.*, 2004), os autores propõem o uso de variáveis relacionadas às instituições do período colonial e variáveis geográficas como instrumento para separar os dois efeitos. Instituições do período colonial estariam relacionadas com as instituições atuais, dado o fenômeno da inércia institucional, e sua influência sobre resultados econômicos atuais se daria apenas por meio dessas

10. Veja a respeito Sachs (2001), McArthur e Sachs (2000), Acemoglu, Johnson e Robinson (2001) e Rodrik, Subramanian e Trebbi (2002). Gallup *et al.* (2007) discutem essas e outras evidências da importância de cada uma das hipóteses.

11. Veja também Naritomi (2007) e Naritomi *et al.* (2007b).

mesmas instituições. São tomadas como *proxies* das instituições coloniais a proporção de escravos na população, o número de eleitores e a quantidade de imigrantes. Como variável geográfica é usada a latitude da capital do Estado.

Ao discutir o uso dessas variáveis, os autores tentam estabelecer alguma ligação teórica entre os ciclos econômicos, em especial da cana, do ouro e do café, e as condições de desigualdade atuais. Sua proposição é a de que a desigualdade do período colonial, afetada por uma maior ou menor proporção de escravos na população, teria se perpetuado até hoje. O artigo falha ao considerar a influência da migração de mão-de-obra, mas traz a lume a possibilidade de utilizar os ciclos econômicos na análise do desempenho econômico e da desigualdade.

Os estudos produzidos por Naritomi *et al.* (2007a, 2007b) merecem especial atenção pelo desenvolvimento que deu a idéia de associar instituições e geografia aos ciclos econômicos do País. O estudo propõe que determinadas características das instituições poderiam estar associadas a conhecidos episódios de *rent seeking* no período do Brasil-Colônia. Da criteriosa análise econométrica conduzida na pesquisa emerge que os ciclos coloniais estão associados de forma significativa à qualidade das instituições atuais. Dessa forma, municípios ligados ao ciclo da cana-de-açúcar apresentariam maior concentração de terras¹² e, em alguns casos, maior concentração política,¹³ enquanto os municípios sob influência do ciclo do ouro tenderiam a ter um pior acesso à justiça e também instrumentos de gestão municipal menos aprimorados. No primeiro caso, a escala exigida pelo empreendimento dos engenhos de

12. A conclusão de que o ciclo da cana levaria a uma maior concentração de terras, entretanto, parece um tanto tautológica. O empreendimento canavieiro se assentou desde o início sobre a grande propriedade monocultora, assim a concentração de terras vem da própria instalação dos engenhos.

13. Os autores do estudo reconhecem a dificuldade de se estabelecer um indicador de concentração política. De fato, entre a primeira versão do estudo (Naritomi *et al.*, 2007a) e a segunda (2007b) os autores mudaram esses indicadores, com significativas alterações nos resultados.

As origens coloniais da pobreza e da má distribuição de renda

açúcar e o uso de mão-de-obra escrava resultariam em instituições tendentes à concentração econômica e de poder político, o que ficaria evidenciado no instituto do “coronelismo”, típico da região açucareira. No caso do ciclo do ouro, a possibilidade de evasão de riquezas do garimpo fez com que a Coroa criasse um aparato de arrecadação opressor e ineficiente, resultando na pior gestão municipal e em um pior acesso à Justiça, observados atualmente.

O estudo inova ao abandonar os tradicionais indicadores de qualidade institucional baseados na percepção da população ou de grupos sociais e aferidos por entrevistas. O uso de indicadores objetivos municipais (em vez de indicadores estaduais como em Menezes *et al.*, 2006) é com certeza outra contribuição do estudo, que tornou mais acurada a análise institucional e permitiu também contornar o problema de amostras reduzidas observado nos testes *cross-country* ou na análise das diferenças entre os Estados brasileiros.

No presente estudo se procurou complementar a análise das evidências históricas apresentada na próxima seção com o desenvolvimento de um teste econométrico feito por meio da extensão do teste feito por Naritomi *et al.* (2007a, 2007b) e por Menezes *et al.* para a hipótese neo-estruturalista.

Se por um lado os ciclos econômicos podem ser associados a diferentes perfis institucionais, por outro, eles também explicariam diferentes gradações das estruturas jurídicas e econômicas. Em um extremo temos o ciclo da cana, em que se deve observar o efeito mais danoso das estruturas, resultando em maior pobreza e desigualdade social. Os efeitos no ciclo da cana devem ser piores inclusive que os do ciclo do ouro, em função da peculiar situação da mão-de-obra e da relação com os outros setores da economia em cada um, como apontou Furtado (1969). No caso da cana, a impossibilidade de recorrer à mão-de-obra indígena e a impossibilidade de atrair imigrantes forçou a opção pela mão-de-obra escrava, que era mantida apenas em seu nível de subsistência. A vida útil bastante curta desses escravos é testemunha da extrema penúria em que eram mantidos. No caso do ciclo do ouro não era possível manter a mão-de-obra recebendo apenas o suficiente para subsistir. O grande fluxo migratório e o grande número de áreas

para exploração tornaram a concorrência pelo trabalhador maior, diminuindo o poder de extração de renda dos donos dos garimpos. O interesse da coroa em ampliar ao máximo a exploração das novas áreas fez com que esta concedesse o privilégio de exploração a mais pessoas. Ao fim, mesmo os escravos puderam contar com alguma renda adicional.¹⁴

Além dos dois ciclos contemplados no estudo de Naritomi *et al.* (2007a, 2007b) é possível estender a análise para o ciclo do café. A extração de toda a renda do trabalho já não era possível no caso das ondas de imigrantes que substituíram o trabalho escravo, nem era possível monopolizar o acesso ao mercado de crédito. Os efeitos de drenagem de recursos no caso do café seriam assim os menos danosos, resultando em menor desigualdade e pobreza.

14. Prova dessa possibilidade de renda adicional foi o instituto da compra da liberdade. Em tese um escravo não poderia comprar a sua liberdade, pois não teria nenhuma renda. Na prática a região tinha um contingente considerável e crescente de escravos libertos.

4

A HIPÓTESE NEO-ESTRUTURALISTA

SUMÁRIO: 4.1 Estruturas econômicas e drenagem social de recursos – 4.2 Os ciclos econômicos brasileiros e seus efeitos econômicos e sociais: 4.2.1 Ciclos e estímulo econômico; 4.2.2 Ciclos e estruturas econômicas: 4.2.2.1 Ciclos e estado nacionais; 4.2.2.2 Ciclos, estruturas e formas de trabalho: 4.2.3 Ciclos, estruturas e efeitos sociais.

A hipótese básica a ser aqui desenvolvida e testada é que a forma de atuação dos monopólios legais e econômicos no Brasil é peculiar e específica das economias coloniais.¹⁵ Como observado anteriormente, eles levaram à concentração no mercado consumidor, à concentração e extração de renda no mercado de trabalho e à concentração e extração de recursos intersetorial.

Nesse sentido, algo muito importante deve ser dito a respeito das economias das ex-colônias latino-americanas. Trata-se do fato de que o poder econômico, diferente dos países hoje desenvolvidos, foi constitutivo das relações econômicas nas ex-colônias. A maioria, senão a quase totalidade delas, tem sua história intimamente ligada à colonização européia. A condição de colônia, muito além da dependência externa, criou estruturas internas de poder no campo econômico que marcaram e marcam todo o processo de desenvolvimento (ou subdesenvolvimento) dessas sociedades.

Essa é a razão pela qual parece possível recontar o processo de desenvolvimento a partir das estruturas de poder econômico criadas e da estrutura de distribuição de renda que as acompanha. São

15. V. para a elaboração da hipótese e explicação de suas conseqüências Salomão Filho (2007, p. 52 e ss.).

elas, de acordo com a tese aqui defendida, as causas principais da pobreza e das condições extremas de desigualdade vigentes nesses países. Os laços de dependência colonial que as motivaram, ainda que sejam sua raiz original não são a causa última do subdesenvolvimento. São as estruturas econômicas internas que possibilitam ou não, nos momentos necessários, o rompimento de situações de dependência. Como bem sabido, isso raramente ocorreu na história dos países subdesenvolvidos.¹⁶ A não ser em situações raras e excepcionais, nesses países os laços de dependência não foram jamais rompidos. Isso em função da estrutura interna de poder e distribuição de renda que se beneficia, ainda que indiretamente, desses laços.

4.1 Estruturas econômicas e drenagem social de recursos

É, portanto, nessas estruturas que deverá se focar a análise. Desde já é necessário adiantar um ponto ao qual se retornará mais tarde, à luz da evidência histórica. Trata-se da relação entre poder econômico e distribuição de renda. A relação é intensa e muito diversa daquela em países sem passado colonial extrativo.

Nos países sem esse mesmo passado colonial extrativo (muitos deles hoje considerados desenvolvidos) a relação também existe, mas refere-se basicamente ao valor do lucro extraordinário do monopolista que é retirado da sociedade de consumo via cobrança de preços monopolistas. Como já demonstrado em pesquisas empíri-

16. A referência ao subdesenvolvimento, quando aqui utilizada, deve ser entendida como relacionada a medidas de pobreza e distribuição de renda e não a medidas de crescimento e produto interno e bruto. É possível aplicá-la assim à generalidade dos países latino-americanos ainda nos dias de hoje. Reconhecer essa realidade é importante na medida em que permite e estimula, para além de ufanismos de momento, a enxergar, criticar e eventualmente conseguir reformar estruturas que continuam a estimular indicadores sociais negativos.

cas, esse valor não é desprezível e responde por montante relevante de concentração de renda.¹⁷

O que se está dizendo até aqui é simples e não é novo. O transplante e principalmente a modelagem de processos de desenvolvimento a partir da experiência de economias desenvolvidas não só é teoricamente equivocado, como também carece de

17. Essa relação foi objeto de alguns estudos empíricos nos anos 70. O mais citado deles é o trabalho de W. Comanor e R. Smiley (1975, p. 177 e ss.). Os autores fazem uma comparação entre a situação vigente (à época) nos EUA e a que existiria em ausência de monopólio. Admitindo que o lucro monopolista correspondia à época a 3% do PIB americano (essa conclusão, na verdade uma estimativa, foi obtida por F. Scherer em seu famoso trabalho (1970, p. 409). Admitido esse valor para o lucro monopolista, os resultados sobre a distribuição de renda são impressionantes. Em 1962, lares com mais de meio milhão de dólares representavam 0,27% do total. Esses respondiam por 18,5% da riqueza total. Na ausência de monopólio e nas condições do modelo apresentado o percentual da riqueza total detido por esse grupo diminuiria para 3 a 10% do total. Nas camadas intermediárias (mais de U\$100.000,00), que correspondiam a 2,4% do total de lares, a diferença era ainda maior. De uma concentração de 40% da riqueza total passar-se-ia a algo entre 16,6 e 27,5% do total. Inversamente, nas camadas inferiores da população, representando 28,25% do total de unidades, a riqueza total deixaria de ser inferior a zero passando a percentuais variando entre 1 e 2% (no modelo dos autores a variação do percentual depende da expectativa de vida do monopólio subsistente que é presumida). Também bastante interessante nesse trabalho é a referência a dados empíricos que sugerem que a concentração de riqueza tornou-se menos desigual nos EUA entre 1890 e 1963, o que coincide exatamente com o período de aplicação mais incisiva da legislação antimonopólio. Outros trabalhos interessantes na mesma linha seguiram-se – v. nesse sentido: I. Powel (1987). A partir de meados dos anos 80, com a prevalência das idéias neoclássicas de Chicago, esses estudos escassearam, não havendo dados recentes disponíveis. De todo modo, é possível a partir desses dados tomados em uma economia de base acionária bem mais diluída que a brasileira (essa base é relevante porque é nas sociedades anônimas que se distribui o sobrevalor retirado da sociedade pelo sobrepreço monopolista), inferir que na realidade brasileira os efeitos sobre a concentração de renda dos monopólios são bem mais negativos.

base de sustentação empírica. Como se pretende demonstrar, a história econômica desses países apresenta desafios específicos e cria estruturas próprias que exigem compreensão e tratamento diferenciados.

Nas sociedades subdesenvolvidas essa relação é muito mais extensa e profunda. De um lado ela é mais extensa no mercado de produtos, afetando a própria organização industrial. Além do desequilíbrio nas relações entre consumidores e produtores, com as conseqüentes ineficiências alocativas e distributivas, esta relação leva a uma absoluta desproporção entre setores econômicos. O setor dinâmico da economia é geralmente concentrado nos produtos primários ou manufaturas de baixa tecnologia exportáveis e nos bens de consumo duráveis a serem consumidos internamente pelos extratos de alta renda da população. Esses dois setores, monopolizados ou oligopolizados, concentram inversões e ganhos de produtividade (a partir, como se verá abaixo, sobretudo da redução de salários reais). Drenam, portanto, recursos do sistema econômico ou diretamente, por meio de lucros monopolistas obtidos de seus fornecedores ou então indiretamente, a partir de atração direta de investimentos que seriam de outro modo investidos em outros setores (que denominamos setores econômicos periféricos).

Os efeitos são também mais profundos. Além do mercado de consumo e dos setores econômicos periféricos, há também forte interferência no mercado de trabalho. Assim é que, nesses países em grande parte, senão na maioria deles, o que ocorre é que a concentração de renda acaba por se tornar condição fundamental para o crescimento econômico.¹⁸ Exatamente porque estar baseado na fabricação de produtos primários e matérias-primas com baixo grau tecnológico, seja para o mercado interno ou o externo, o ganho de produtividade nessas economias não pode ser obtido apenas a partir de melhorias tecnológicas. Para que exista o ganho de produtividade, fundamental para o crescimento econômico, deve ele então se basear em aumento de produtividade da força de trabalho, o que se faz pelo rebaixamento dos salários reais ou então pela redução efetiva da força de trabalho (fonte primeira das chamadas economias

18. Cf. Oliveira (1989, p. 127 e ss.).

As origens coloniais da pobreza e da má distribuição de renda

de escala obtidas com a concentração econômica). Esse movimento só se torna possível, no entanto, pelo alto grau de monopolização do sistema econômico, que os torna grandes conglomerados monopolistas também no mercado de trabalho. Como já mencionado, não é somente porque são poucas e pouco relevantes as empresas concorrentes em seu próprio setor, mas também porque nas economias subdesenvolvidas o padrão colonial-monopolista faz com que não haja grande concorrência entre setores econômicos. São poucos e concentrados aqueles com verdadeiro dinamismo econômico, capazes de acumular capital e absorver mão-de-obra.

Só assim é possível haver acumulação de capital e, portanto, investimento produtivo que leve ao crescimento. Ora, tal padrão de crescimento requer para sua própria existência uma redistribuição de renda ao inverso (ou crescimento pró-rico), com empobrecimento (relativo, para os trabalhadores empregados, e absoluto, para aqueles que perdem o emprego) do extrato social inferior e também com empobrecimento relativo dos setores econômico periféricos.

Colocar o foco nas estruturas implica também não aceitar a preponderância de explicações sociológico-individualistas das razões do subdesenvolvimento. Essas explicações são freqüentemente incorporadas nos raciocínios neo-institucionalistas para explicar as razões do subdesenvolvimento e acabam por ajudar a justificar as soluções propostas. Assim, sendo a motivação individual dos colonizadores da América Latina e Ásia, de exploração colonial, diversa da dos imigrantes para a América do Norte e Oceania, isso se refletiu em toda a estrutura institucional da sociedade. Esse tipo de afirmação peca pelo excesso e pela falta ao mesmo tempo. De um lado exagera as diferenças no espírito individual dos colonizadores. Interessantes estudos vêm demonstrando que, na verdade, a experiência colonial é mais rica em diversidade do que essa distinção parece sugerir. Dentro das mesmas colônias coexistiam regiões de mera exploração extrativa com regiões onde os colonizadores se estabeleciam com intenção de permanência. Ambas conviviam nos países colonizados da América Latina, Ásia e mesmo África (África do Sul, por exemplo). Nessas regiões, seja na Argentina, na Austrália ou na Índia, o espírito colonial capitalista era semelhante.¹⁹

19. Cf. Denoon (1983, p. 18 e ss.).

Essa última observação nos traz diretamente à falta a pouco identificada. O que essas teorias sociológico-individualistas deixam de lado é exatamente o estudo das estruturas econômicas criadas pela colonização extrativa. Essas estruturas, e não a motivação individual, são os principais fatores que levam a diferenças entre economias baseadas no monopólio extrativo e sociedades em que essas estruturas não prevaleceram. Elas acabam por determinar os ciclos econômicos e influenciam todo o sistema social e econômico, sobrepondo-se às diferenças que regiões de estabelecimento definitivo das populações e regiões meramente extrativas podem ter do ponto de vista da motivação individual dos exploradores. Assim regiões de espírito colonizador semelhantes como as de Buenos Aires, na Argentina, e Sidnei, na Austrália, acabam por resultar em países e regiões de grau de desenvolvimento econômico e social absolutamente díspares.

4.2 Os ciclos econômicos brasileiros e seus efeitos econômicos e sociais

4.2.1 Ciclos e estímulo econômico

A característica comum às estruturas econômicas e sociais dos Estados Colônia consiste na ausência de estímulo econômico interno próprio para o crescimento e para o desenvolvimento econômico.

Um exemplo simples talvez ajude a compreender o que se quer dizer. No Brasil do final do século XVI, apenas 120 engenhos concentravam o total da produção nacional. Esses engenhos transferiam apenas 3% da renda por eles obtida para o resto da economia – entre salários e serviços terceirizados. A razão para tão pequena proporção é clara. O regime de monopólio comercial (da metrópole naquele momento) tanto mais conseguiria concentrar renda em si, quanto mais o próprio setor monocultor fosse capaz de concentrar renda. Ou seja, tanto maiores seriam as transferências, quanto maior fosse a capacidade do próprio setor explorado de concentrar renda.

Essa é a razão principal a fazer com que o monopólio verticalizado, que vai da metrópole até o comerciante monopolista local ou o titular da sesmaria, seja capaz de concentrar totalmente a renda

As origens coloniais da pobreza e da má distribuição de renda

e permitir extração de sobre valor nas três esferas referidas acima, impedindo que se produza qualquer efeito multiplicador de renda.

Essa capacidade extrativa de sobrevalor em três níveis diversos depende basicamente de dois fatores. De um lado a possibilidade de retirar renda do mercado de trabalho. De outro, a possibilidade de concentrar o poder, garantindo que os demais setores sejam constantemente dependentes do setor principal. Essas duas premissas de funcionamento da exploração colonial tornam-se os grandes pilares da estrutura econômico-social no período, daí por que serão estudadas separadamente nos itens subseqüentes.

Por enquanto importa apenas observar que essa concentração econômica impedia qualquer desenvolvimento econômico autônomo. Retomemos o exemplo do Brasil colonial. Os 97% da renda que permaneciam com os senhores de engenho também não se transformavam em qualquer investimento interno que gerasse efeito multiplicador. Boa parte ia para os próprios comerciantes estrangeiros (na época os holandeses) que haviam financiado a produção. A outra cobria os gastos com produtos de luxo importados.²⁰ Nada ou quase nada permanecia ou se transformava em investimento na colônia.

Essa íntima vinculação entre o comerciante estrangeiro e a apropriação de boa parte da mais-valia era sem dúvida útil para evitar crises de superprodução. O comerciante, que conhecia a demanda, não permitia que capitais permanecessem no País quando essa era decrescente. Ao mesmo tempo, no entanto, fazia com que não houvesse qualquer estímulo, seja do lado da oferta, seja do da demanda, para o desenvolvimento econômico.

Do lado da oferta isso se dava à medida que, não havendo investimento seja em nova tecnologia, seja para desenvolvimento de novas formas de produção, não havia possibilidade de aumento da eficiência produtiva e, portanto, acumulação maior de capital. Do ponto de vista da demanda, por essa ser virtualmente inexistente na época, já que eram bastante reduzidos nessas economias os flu-

20. Cf. Furtado (1969, p. 54 e ss.).

xos de renda, se dava em função do uso generalizado do trabalho escravo ou semi-escravo (negro ou indígena).

Do lado da demanda, qualquer tentativa de organização era bloqueada pelo monopólio de importação da metrópole. Se o monopólio de exportação das metrópoles representava a peça-chave para o funcionamento do sistema, verdadeira base de sustentação da economia colonial, os monopólios de importação impostos às colônias eram os garantidores da submissão econômica colonial.

O monopólio de importação era, se colocado em termos atuais de direito da concorrência, absoluto. Não admitia qualquer concorrência, efetiva ou potencial. Assim não só apenas da metrópole se importavam produtos, como também os produtos importados não poderiam ser produzidos na colônia. Exemplo disso é o Brasil, onde a metrópole chegou em certas épocas a proibir a existência de manufaturas,²¹ exatamente para impedir a concorrência (mesmo que potencial) com os produtos dela importados.

É fácil ver que esse tipo de monopólio absoluto impedia qualquer desenvolvimento econômico autônomo das colônias. Conjugado ao sistema de monopólio de exportação, garantia que não se formassem fluxos de renda internos. Conseqüentemente era impossível a formação de mercados de consumo dotados de um mínimo de diversificação e dinamismo.

Dessa forma o crescimento ou a estagnação econômica dependiam exclusivamente de variáveis exógenas àquelas economias, i.e., do crescimento ou decréscimo da demanda pelos seus produtos primários de exportação. Daí por que a economia dos países

21. Trata-se do Alvará de 5 janeiro de 1785 da Rainha D. Maria, que estabeleceu a "extinção e abolição de todas as fábricas no Brasil". Na verdade esse Alvará veio a tornar jurídica uma situação de fato que era o extremo desestímulo econômico às manufaturas decorrente do monopólio da metrópole. Em 1.º de abril de 1808, já com a Coroa estabelecida no Brasil revogou-se a proibição por meio de outro Alvará. A guerra na Europa e a invasão de Portugal tornaram a colônia brasileira, ao menos temporariamente, relevante com centro econômico autônomo.

subdesenvolvidos nessa época ser marcada pelos chamados ciclos econômicos.

O crescimento das colônias dependia, portanto, de ciclos econômicos. Como por outro lado esses ciclos não produziam qualquer transformação da forma produtiva, o crescimento dependia exclusivamente da extensão das áreas de cultivo e extração. Sendo por outro lado baixíssimo o nível de trabalho livre, a expansão da área cultivada só leva à expansão do trabalho escravo e semi-escravo. Quando da abolição das várias formas de trabalho escravo e semi-escravo, essa mão-de-obra irá compor a grande massa depauperada dessas economias.

4.2.2 Ciclos e estruturas econômicas

É importante também salientar a íntima relação entre os ciclos e as estruturas de poder econômico que lhes dão sustentação. Na verdade os ciclos são acompanhados de estruturas que constantemente se adaptam para permitir a contínua drenagem de recursos. Daí a razão para tomar os ciclos econômicos, sobre os quais existem dados empíricos concretos como um substituto (*proxy*) para as estruturas econômicas. Na verdade ao se comparar ciclos econômicos diversos se está comparando também as diversas estruturas de poder econômico que foram erigidas para lhes dar sustentação.²²

Como se verá a permanência de estruturas econômicas concentradas ao longo dos ciclos fez com que mesmo modificações na forma de trabalho (trabalho escravo – trabalho assalariado) fossem incapazes de gerar modificações profundas na estrutura social. A

22. Podemos vislumbrar também uma causalidade reversa a ser investigada, à medida que esse entrelaçamento ciclos-estruturas é evidenciado de maneiras diversas na história econômica e revela recíproca influência de um elemento sobre o outro. De um lado, a mudança dos ciclos econômicos exige certa modificação e adaptação das estruturas. Assim, a primeira evidência histórica da inter-relação acima mencionada é a modificação do próprio Estado em função da transformação das estruturas econômicas necessárias para dar sustentação a cada um dos ciclos.

resistência das estruturas às mudanças ajudam então a proporcionar as condições para o próprio esgotamento dos ciclos.

4.2.2.1 Ciclos e estado nacionais

Além de diretamente influenciar o processo de desenvolvimento (ou subdesenvolvimento econômico) os ciclos econômicos ajudam a determinar a forma e a natureza dos Estados Nacionais. Nesse processo se evidencia, com particular clareza, a íntima relação entre Estado e monopólios privados na América Latina.

Se a história econômica da América Latina pudesse ser dividida em fases, revelar-se-ia um curioso paralelismo. Em face também das características geográficas dos diversos países, os ciclos econômicos são opostos. Enquanto no Brasil, as áreas de mineração encontram-se em regiões de difícil acesso, áreas planas para cultivo eram abundantes, especialmente no litoral do Nordeste. Já na América espanhola, em geral, ocorre o oposto. Muitos dos minérios eram de fácil extração. Já as áreas para cultivo, em função da dominação geográfica da cordilheira dos Andes, eram mais escassas.

Isso faz com que os ciclos econômicos sejam por assim dizer os exatos opostos, como demonstra C. Furtado.²³ Tomados os 300 primeiros anos da colonização, de 1500 a 1800 na América Espanhola, os 150 primeiros anos são dominados pela exploração de minérios, sendo que a grande agricultura exportadora, baseada no grande latifúndio predomina (em certas regiões) nos 150 anos subseqüentes.

No Brasil ocorre exatamente o contrário. Os 150 primeiros anos têm como atividade econômica central a atividade agrícola baseada no grande latifúndio açucareiro. Apenas no período subseqüente, a atividade predominante passa a ser a mineração, uma vez descobertas as grandes minas de ouro e diamantes do interior de Minas Gerais.

Esses ciclos econômicos influenciam diretamente a formação dos Estados Nacionais. Na América espanhola, os primeiros 150 anos são de grande integração inter-regional. Formam-se fluxos comerciais internos, com certas regiões (Argentina) abastecendo com

23. Cf. Furtado (1976, p. 35-36).

As origens coloniais da pobreza e da má distribuição de renda

produtos de subsistência regiões de extração de minérios (Peru, Colômbia).

Já o período subsequente é marcado pela formação de identidades regionais bastante distintas, relacionadas exatamente à atividade agrícola (ou extrativa) principal de cada região. Já nessa época, dado certo declínio da potência colonizadora (Espanha), a grande agricultura de exportação é deixada a cargo dos particulares, que formam grandes monopólios exportadores e em torno deles é que se formarão os Estados Nacionais. Assim, enquanto a atividade comercial e a agricultura de produtos temperados são predominantes na Argentina, a exploração de minérios predomina no México e no Chile. Países como, por exemplo, a Colômbia, em que não havia produto agrícola ou extrativo predominante a substituir a decadente extração de metais, formam palcos de longas guerras civis, antes de se chegar a unidade territorial.²⁴

Os Estados Nacionais formam sua unidade a partir de atividades econômicas principais, intimamente ligadas, portanto, aos interesses dos monopólios privados que as exploravam. É interessante notar que esses monopólios, exatamente por antecederem a própria formação dos Estados Nacionais eram e continuarão sendo bastante ligados aos interesses estrangeiros. Essa característica marcará a histórica econômica posterior da América Latina. A ligação entre grandes monopólios nacionais e potências estrangeiras dominantes será distinta e mais marcada nesses países.

No Brasil a seqüência das atividades econômicas é oposta, mas os resultados são semelhantes. A primeira atividade baseada no grande latifúndio não é integradora. O ciclo da cana ajuda a consolidar o poder dos grandes latifundiários, mas não cria uma unidade econômica nacional. A extração dos metais preciosos, do período subsequente, é, ao contrário, profundamente integradora, o que ajuda a explicar a integridade nacional do Brasil, em comparação com a diversidade de Estados da América espanhola.

Isso também torna os destinos dos grandes latifundiários e do Estado Colonial mais indissociáveis. Findo o ciclo do ouro, Estado e

24. Furtado (1976, p. 40-41).

latifundiários dependem reciprocamente um do outro para financiar a nova atividade do café.

4.2.2.2 Ciclos, estruturas e formas de trabalho

Na verdade, há um enorme entrelaçamento entre trabalho escravo e poder monopolístico privado. E esse entrelaçamento não é casual. Prova disso é que em geral nas Américas o trabalho escravo mais prosperasse exatamente naquelas colônias em que era maior o poder dos monopolistas privados.²⁵ Daí a enorme dificuldade que representou a abolição dos escravos (ou a extinção da *encomienda*), sobretudo naqueles países em que as classes produtoras agrárias eram mais poderosas.

Essa última afirmação poderia fazer crer que, uma vez abolida a escravatura (ou a *encomienda*), seria possível transformar a estrutura econômica das colônias. Não foi isso o que ocorreu. Na verdade, as economias são tão estruturalmente monopolizadas que a abolição do trabalho escravo não altera o modo de produção e em muitos casos só faz reforçar os monopólios.

A historiografia econômica identifica três possíveis efeitos da abolição dos escravos. Um primeiro é simplesmente a transformação do escravo em trabalhador assalariado, naquelas situações em que era impossível o seu deslocamento ou aproveitamento em ou-

25. Cf. Blackburn (2000, p. 17), que divide os países entre aqueles em que haveria maior controle da metrópole ou maior liberdade para a classe privada. Na verdade essa classificação não é totalmente precisa. Não é necessário que haja pouco poder ou pouco controle da metrópole. Basta que o Estado seja controlado pelos produtores privados para que ele defenda encarniçadamente seus interesses. Foi o que ocorreu no Brasil, onde o grau de presença e controle do Estado era grande, mas a abolição dos escravos foi uma das últimas das Américas a ser declarada. Isso se deveu ao poder dos grandes agricultores de influenciar a política estatal (a ponto de obrigar a abdicação de um monarca em 1831 – D. Pedro I – que a ela queria se opor). Daí por que parece ser melhor falar em poder da classe monopolista, seja por haver pouco controle ou presença da metrópole seja porque ela dominada os interesses estatais.

As origens coloniais da pobreza e da má distribuição de renda

tra atividade. Nesses casos era comum que o latifundiário passasse a despendar menos com o liberto do que despendia antes com o escravo. Como em alguns casos eram pagas indenizações expressivas aos latifundiários pela “propriedade” da qual tinham sido privados, o resultado era uma concentração de capitais ainda maior nas mãos dos latifundiários.²⁶

Uma segunda situação possível era aquela em que ocorria, efetivamente, transferência de renda. Nesse caso a renda não se desloca, como hoje acredita a doutrina, nem para o exterior, nem para o setor industrial (inexistente internamente e impossível de se estruturar sem fluxos de renda). O que ocorreu foi o deslocamento de capitais para setores já preparados para a mudança na estrutura do trabalho. É o caso das regiões que já dispunham de setores que operavam com base no trabalho assalariado e passaram a dispor de mais mão-de-obra excedente, reduzindo-se o seu custo. Para o liberto, já trabalhador assalariado, não há transferência relevante de renda, pois a oferta abundante de mão-de-obra faz com que seu salário mantenha-se em níveis de subsistência.

Apenas numa terceira situação, nas regiões em que havia grande disponibilidade de terra em áreas acessíveis aos libertos, criou-se concorrência pela mão-de-obra e, portanto, possibilidade de transferência de renda à massa assalariada. Mesmo nessas regiões, como relata também C. Furtado, a “demonização” do trabalho, gerada pela escravidão, fez com que os libertos preferissem apenas manter o mesmo nível econômico de subsistência, diminuindo suas horas de trabalho. O efeito foi, portanto, o de aumento de horas de lazer, não havendo aumento do fluxo de renda e nem, o que seria melhor para os investimentos, formação de poupança.²⁷

A economia monopolista/escravista impediu, deste modo, a formação de demanda e fluxos de renda nas economias dela dependentes, o que dificultou sobremaneira o seu desenvolvimento

26. É famoso o caso da libertação de escravos em Antígua, relatado por Furtado (1969, p. 137, nota 124). Essa situação também ocorreu no nordeste brasileiro, onde a maioria dos libertos, sem condições de emprego, permaneceu empregada nos engenhos.

27. Cf. Furtado (1969, p. 147 e ss.).

econômico. Contraprova disso é que exatamente aquelas regiões latino-americanas, onde foi menor a presença dos escravos ou índios *encomendados* e em que se fez necessário romper o monopólio de importação da metrópole para garantir a subsistência das regiões extrativas, foram as que mais desenvolveram o seu mercado interno, com reflexos positivos no desenvolvimento econômico no período industrial. Isso ocorreu particularmente com o Chile e a Argentina, países beneficiários de comércio intra-regional, que serviram durante muito tempo como regiões provedoras de meios de subsistência às regiões da América espanhola, onde se fazia extração de minério (Peru, Colômbia). Aí também não vigorou o regime da *encomienda*, exatamente por não estarem localizadas nas regiões de exploração mais importantes para os espanhóis (Peru e México).

Ainda que mesmo nessas regiões setentrionais da América espanhola tenha sido também grande o grau de monopolização no campo (o que dificultou a expansão da riqueza e a formação de demanda interna), ainda assim, durante certo tempo, criou-se um rico comércio inter-regional, inclusive de manufaturas de pequeno valor, que possibilitou fluxo de renda e riqueza nas regiões produtoras dessas mercadorias.

4.2.3 Ciclos, estruturas e efeitos sociais

É interessante tentar conjugar os resultados do breve passeio histórico feito acima pelo período colonial. Em primeiro lugar, parece claro o modo de inserção dos monopólios nas economias coloniais da América Latina. Na colonização latino-americana, isso se fez desde o início, com a metrópole liderando a constituição do monopólio e o Estado Colonial se constituindo para proteger os interesses monopolistas. Essa recíproca dependência, Estado-monopólio privado, ajuda a entender muito da realidade econômica e política de nossos dias.

O sistema colonial latino-americano proporcionou, além disso, a tripla drenagem de recursos mencionada anteriormente. Aliado à escravidão, seu complemento necessário, permitia que se extraísse sobrevalor de três relações diversas. No mercado de trabalho, pois, o dispêndio com o escravo era o mínimo necessário para sua

As origens coloniais da pobreza e da má distribuição de renda

subsistência. A expectativa média de vida extremamente reduzida dos escravos demonstra como, além de explorado ao máximo no trabalho, os gastos com sua saúde e alimentação eram descurados, sendo na verdade inferiores ao nível de subsistência. Como relata Blackburn, o preço relativamente barato pago pelos escravos e o enorme valor da mercadoria por ele produzida criou a lógica econômica desumana de esgotar a vida do escravo em poucos anos de trabalho intenso.²⁸

O segundo setor em que havia a extração de lucro monopolista era o mercado de consumo. Talvez falar em mercado de consumo seja até exagerado nas colônias escravistas ou baseadas no trabalho servil dos índios. Consumo só havia por parte dos grandes latifundiários ou *encomenderos*. Sendo os produtos por esses consumidos todos importados da metrópole, que tinha o monopólio de sua venda, os preços eram altíssimos, o que fazia com que parte substancial da renda da lavoura e do extrativismo retornasse à Europa.²⁹ A manufatura e a atividade artesanal nas colônias não

28. É eloqüente o texto de Blackburn sobre o assunto: “The low survival rate of Africans in much of the New World partly reflected the fact that they were concentrated in the tropical lowlands where disease took a heavy toll on all immigrants. But overwork, and the consequent neglect of subsistence, certainly helped to kill the slaves. At least two thirds of the Africans arriving in the New World were sent to sugar plantations. In the Caribbean and Brazil the sugar plantations regularly imposed a sixteen or even eighteen hour working day on the slaves; there was nightwork in the mill, and, rain or shine, field work in the day during the long plantation and harvesting cycle. The slaves were given bare rations and expected to feed themselves by working for a day, or a day and a half, each week on plots given to them for the purpose ... The relative cheapness with which new captives could be bought from the slave merchants and the great value of slave produce – whether sugar or gold – gave a terrible commercial logic to the practice of using up the lives of the slaves in a few year of intense labor. And so long as slave crews were wracked by disease and overwork they found it difficult to resist their oppression collectively”. Blackburn (2000, p. 21).

29. V. para a situação brasileira C. Furtado, *Formação econômica do Brasil*, cit., p. 53 e ss. relatando como todo o gasto com fatores de produção e

tinham, portanto, espaço para sobrevivência, o que, além de prejudicá-las, impedia a formação de fluxos internos de renda.

Finalmente, esses sistemas, por não criarem fluxos de renda, acabavam por gerar setores econômicos dominantes e dependentes. Em geral, os setores dominantes impediam a existência de outros setores com dinâmica própria, seja porque não criavam renda ou porque, sendo altíssimo o seu retorno, desestimulavam inversões em outros setores. Em sua lógica monopolística autárquica, drenavam recursos que podiam direcionar-se à diversificação da economia.

Exceção a essa regra foram regiões que não interessavam aos colonizadores e serviam apenas como entrepostos comerciais e agrícolas para produção e distribuição para as regiões extrativas. É o caso já mencionado da Argentina e do Chile, que produziam e comercializavam alimentos para as regiões mineradoras do Peru e Colômbia. Ali a possibilidade de criação de renda foi maior, como o foi também (e talvez como consequência) a possibilidade de diversificação econômica.

A existência dessa tripla drenagem de recursos gera efeitos sociais duradouros e negativos para o desenvolvimento do País. Essa conclusão pode ser aceita independentemente do partido que se tome na polêmica a respeito da forma de acumulação de capital, seja a exógena, como querem os clássicos da teoria estruturalista,³⁰ ou mesmo existindo traços de acumulação endógena, como postulam historiadores mais recentes.³¹ Indubitável é que essa acumulação permanecia interna às estruturas concentradoras de poder e aos círculos econômicos (agricultores, comerciantes) a elas intimamente ligados. Não se expandia pela economia e pela população.

As diferenças e a necessidade de estruturas econômicas diversas para sustentá-los devem responder por graus diversos de

parte substancial dos gastos de consumo, sobretudo aquele voluptuário, acabava revendendo para o exterior.

30. Cf. Prado Junior (1983, p. 19 e ss.); Furtado, *Formação econômica do Brasil*, 21. ed., São Paulo: Nacional, p. 13 e ss.

31. V. Gorender, 1978; e Fragoso, 1998.

As origens coloniais da pobreza e da má distribuição de renda

drenagem em cada um dos ciclos. É exatamente isso que a análise econométrica que se seguira será capaz de demonstrar.

No ciclo da cana a drenagem é máxima. Não há produção de renda no mercado de trabalho, o mercado de consumo é totalmente monopolizado pelos comerciantes de escravos e o engenho é, em sua descrição típica, uma unidade dotada de elevado grau de auto-suficiência, não gerando estímulo para o desenvolvimento de outros setores.

No ciclo do ouro as estruturas de sustentação são um pouco diversas, o que faz esperar um grau de drenagem inferior ao anterior. O modo de produção mistura trabalho escravo com trabalho livre, sendo que os trabalhadores livres são tipicamente pequenos empresários que a Coroa pretende estimular para garantir produtividade máxima na busca de metais preciosos. Não havendo produção agrícola na atividade mineradora é também necessária a existência de setores econômicos de subsistência que dêem sustentação à economia extrativa. Daí por que o ciclo do ouro gera estímulo econômico no setor de produção de alimentos, sobretudo, no sul do País. Finalmente no mercado de consumo (principalmente de produtos manufaturados) a situação pouco se altera, perdurando a grande dependência dos importadores monopolistas.

No subsequente ciclo do café é, sobretudo, a forma de trabalho que faz esperar uma drenagem menor que o ciclo do ouro. Como visto, ainda que não gerador de profundas transformações na distribuição de renda, o trabalho assalariado cria fluxos de renda mais importantes, especialmente, em regiões em que há mais disputa por mão-de-obra (São Paulo).

Essas diferenças entre as estruturas de sustentação de cada ciclo que geram efeitos diversos sobre a drenagem de recursos da sociedade não obscurecem, como visto (item b.2) a constância e permanência das estruturas econômicas concentradas. Não eliminam tampouco seus efeitos sociais negativos constantes.

Evidentemente, essas estruturas têm impacto relevante sobre a esfera social. A toda clareza também esse impacto é diferenciado em cada país e região. Elementos de raça, cultura e religião influem decisivamente na formação social. Algumas características gerais co-

munos revelam-se, no entanto, distintamente. A primeira e mais séria delas é a contribuição dada pela estrutura econômica monopolista à rigidez social.

O sistema monopolista, estatal ou de grandes empresas coloniais, organizando-se em torno de atividades extrativas ou agrícolas principais e atividades a elas suplementares, cria um exército de indivíduos ligados por laços de subordinação a essas grandes estruturas econômicas. Quando de seu declínio, esses indivíduos não têm alternativa a não ser se vincularem à nova atividade dominante.

De outro lado, esse mesmo sistema, como já observado, dificulta sobremaneira a constituição de um mercado interno. Não existem fluxos de renda externos às atividades principais, que sustentem a demanda interna. Mesmo essas atividades geram renda, sobretudo para o exterior.

Ora, essa conjunção de fatores faz com que o estímulo ao empreendedorismo seja mínimo. As atividades principais exportadoras, geradoras de lucro, são monopolizadas pela metrópole e controladas pela oligarquia a ela ligada. Produzir para o mercado interno era também inviável, pois também aí a metrópole monopoliza as importações, muitas vezes, como no caso do Brasil, proibindo até mesmo a produção pelos nacionais. Finalmente, a falta de dinamismo do mercado interno não estimula o empreendedorismo direcionado a novos produtos e utilidades.

A única alternativa remanescente para a ascensão social seria então algum tipo de educação, ao menos técnica. Essa alternativa era obviamente inexistente para o trabalhador servil (escravo ou nativo). Restavam então as classes urbanas. Ocorre que essa oportunidade, por seu alto custo (a educação tinha de se fazer no mais das vezes na Europa), acabava por existir exclusivamente para os membros da oligarquia. Não havendo educação, inexistia possibilidade de ascensão social e, conseqüentemente, de formação de renda. Não havendo criação de renda interna, não havia possibilidade de formação de uma classe média sólida com acesso à informação e educação.

A estrutura social tem, portanto, topo e base, mas não parcelas intermediárias. A falta de mão-de-obra técnica mais ou menos

As origens coloniais da pobreza e da má distribuição de renda

qualificada exigirá, posteriormente, quando do início do processo de industrialização, a importação de mão-de-obra. Conseqüentemente, a massa oriunda do trabalho servil será mão-de-obra ociosa, que constituirá excedente miserável nas vizinhanças dos pólos urbanos em formação. Por outro lado esse excesso de mão-de-obra é capaz de reduzir os custos do trabalho e levar, em um círculo vicioso, à diminuição do salário real.

Outra característica marcante do sistema, de certa forma decorrente da primeira, é a inexistência ou pouca relevância da pequena propriedade rural. A exploração econômica baseada no binômio latifúndio-trabalho escravo (ou servil) não convive bem com a pequena propriedade rural e nem com o trabalho assalariado autônomo. O trabalho escravo avilta o trabalho, diminuindo sua importância aos olhos do próprio trabalhador assalariado. Isso fez com que, nas grandes fazendas de café brasileiras, tenha rapidamente se tornado impossível a convivência entre trabalhador assalariado e escravo, desestimulando a imigração européia.³² Isso responde também por parte substancial do conflito que separava o Norte e o Sul dos Estados Unidos da América, às vésperas da guerra civil americana de 1861. Os colonos do Norte queriam conquistar as novas terras do oeste e lá implantar o sistema de pequena propriedade com trabalho livre. Já os sulistas exigiam que os novos Estados do Oeste fossem escravistas.

É interessante observar que as poucas experiências históricas nas colônias com sistemas de pequena propriedade com trabalho livre resultaram em desenvolvimento das respectivas regiões nas etapas posteriores. É o caso não apenas do oeste norte-americano, mas também do sul brasileiro, que hoje apresenta taxas de desenvolvimento e distribuição de renda muito superiores à média nacional. A ligação entre esses dois fatos históricos é indúbia e para demonstrá-la não é necessário revisitar a árida e falsa dicotomia pequena-grande empresa. Basta observar que, em especial na fase de

32. Prado Junior (1976, p. 187) menciona esse fator, ao lado da pouca consideração dos proprietários com os imigrantes, decorrente do padrão de tratamento desrespeitosos que estavam habituados a ter em relação aos escravos.

formação dos sistemas econômicos é fundamental a existência de demanda e, portanto de renda entre a população. Assim sendo, a formação inicial baseada no trabalho livre na pequena propriedade e na pequena empresa agrícola é fundamental quando gera renda para extratos intermediários da população, ainda que a propriedade agrícola venha a sofrer posterior processo de concentração. Gerada a capacidade econômica, essas camadas terão acesso à educação, assim como seus descendentes, formando contingente adicional de mão-de-obra qualificada no campo ou nas cidades, mesmo que sejam posteriormente desalojados do campo pela grande propriedade agrícola.

Na América Latina a estrutura econômica descrita acima ganha mais proteção e raízes por meio da apropriação das diferenças raciais. O colonizador branco será o senhor latifundiário e o índio ou escravo negro, seu servo.

O mais importante traço social da colonização da América Latina talvez seja essa apropriação de diferenças raciais e sua inserção dentro das estruturas econômicas, de forma a criar um quadro em que exclusão social e preconceito racial são dificilmente dissociáveis.

Em certas regiões, essa estrutura social hierarquizada já estava pronta quando da conquista européia. É o caso das regiões do México e Peru onde já havia uma estrutura social verticalizada. Bastou ao conquistador espanhol, uma vez vencidos os impérios Maia e Inca, ocupar o topo da pirâmide. Não por acaso essas regiões foram exatamente aquelas em que o colonizador europeu teve menos dificuldade em utilizar a mão-de-obra indígena, já habituada à produção de excedente para outrem.³³

33. Cf. a respeito M. Macleod (1984, p. 220): "In complex stratified societies the invaders found existing conditions of slavery, servitude and tied labour. In may such cases they simply removed the apex of the social pyramid – the kings, royal houses and rulers of large regions – and then governed using approximately the same labour systems, with lesser Indian rulers such as village chiefs as administrators".

As origens coloniais da pobreza e da má distribuição de renda

Em outras regiões a hierarquização se fez por meio da introdução do trabalho escravo. O escravo, despossuído de todos os direitos, era a base da pirâmide social. A forma de estruturação do trabalho e da produção de excedente fazia, por outro lado, com que esse escravo não tivesse qualquer perspectiva concreta mesmo quando liberto ou quando abolida a escravatura. A falta de acesso à terra, à educação ou aos meios de produção de renda tornavam o trabalhador, servil ou escravo, constantemente dependentes.

O padrão social estabelecido por essa combinação entre concentração econômica e trabalho servil (combinação necessária como visto) marcará a história posterior desses países. Os péssimos padrões de distribuição de renda se traduzirão em pobreza metropolitana, sobretudo para os descendentes do trabalhador servil, negro ou índio. Exclusão social e discriminação racial não mais se distinguirão e uma complementará a outra no sentido de marginalizar e dificultar a ascensão de imensa parcela da população desses países.

Essa rigidez social será acompanhada também de rigidez na organização industrial. O que ocorre é que a forma de produção colonial cria uma rigidez econômica que dificultará sobremaneira a industrialização posterior. Em particular no caso brasileiro, a economia dos monopólios exportadores leva a características marcantes para a organização industrial. Em primeiro lugar, devido ao baixo grau de integração econômica. Sendo os latifúndios exportadores sistemas autárquicos e voltados para o exterior, não criam fluxos inter-regionais. Não se desenvolve o sistema de transporte e o comércio inter-regional. Também por serem auto-sustentáveis, os latifúndios exportadores não exigem preocupação com fontes de energia.³⁴

Assim, quando chega o momento da industrialização, o País está diante de uma estrutura econômica ainda semifeudal com poucas trocas e fraca integração econômica nacional. Isso fará com que a industrialização não ocorra de forma integrada ou nacionalmente bem distribuída. Concentrar-se-á apenas naquelas regiões

34. Cf. Prado Junior (1976, p. 257-258).

CONCENTRAÇÃO, ESTRUTURAS E DESIGUALDADE

onde foi possível a maior acumulação de capital a partir da atividade agrícola (no caso brasileiro, São Paulo). Essa característica, por sua vez, levará à formação de megalópoles industriais atrativas para as regiões pobres e não industrializadas. Está preparado o quadro para a formação dos bolsões de pobreza urbana.

5 O TESTE EMPÍRICO

SUMÁRIO: 5.1 Efeitos da drenagem de recursos – 5.2 Variáveis do modelo – 5.3 O modelo econométrico – 5.4 O mapeamento dos ciclos econômicos: 5.4.1 Ciclo da cana-de-açúcar; 5.4.2 Ciclo do Ouro; 5.4.3 Ciclo do Café – 5.5 Estratégias de identificação.

As propostas do presente estudo podem ser testadas empiricamente, de forma a se comprovar a existência e relevância do efeito de longo prazo das estruturas sobre as condições de pobreza e de desigualdade. As dimensões continentais do País e a grande variação dos indicadores de bem-estar social entre regiões, com um grande número de variáveis mantidas constante (leis, língua, cultura, judiciário), permitem a proposição de testes econométricos com razoável grau de acuidade.³⁵ O uso de indicadores municipais permite trabalhar com um número de observações bastante grande (são mais de 5.000 municípios), contornando problemas de tamanho de amostra, na linha dos estudos de Naritomi *et al.* (2007a, 2007b).

Em princípio seria necessário observar a criação das estruturas jurídicas que levaram aos padrões de desigualdade e pobreza atuais, o que esbarraria na falta e na imprecisão de registros históricos sobre a concentração ou mesmo a concessão de monopólios. A edição de normas, entretanto, procurou garantir a concentração

35. Daí por que, embora se tenha optado por fazer uma análise histórica estruturalista da América Latina, o teste empírico proposto se restringirá ao Brasil. As diferenças entre os sistemas jurídicos, a língua e a cultura destes países, entre outras variáveis, impossibilitariam uma padronização dos dados a serem coletados, de forma a tornar qualquer teste empírico pouco rigoroso.

econômica e a drenagem de recursos em episódios bastante conhecidos e documentados: os ciclos econômicos da cana-de-açúcar, do ouro e do café. Esses foram os ciclos de maior abrangência e de maior importância econômica, existindo alguns outros de duração mais limitada e/ou circunscritos a regiões menores, como o ciclo da borracha, por exemplo. A edição de normas e a criação das estruturas determinantes do desenvolvimento se deram de forma muito mais intensa, portanto, nesses três ciclos. A proximidade com os centros dessas atividades econômicas propiciou uma maior drenagem de recursos do consumidor, do mercado de trabalho e intersetorial. A primeira hipótese do estudo empírico procura relacionar a proximidade com estes centros e piores indicadores de desigualdade e de pobreza.

O modelo econométrico deve levar em conta adicionalmente duas outras hipóteses concorrentes entre si. Primeiro a já mencionada influência das instituições e, segundo, uma hipótese com grande número de defensores não apenas entre economistas, mas também entre estudiosos de geografia e demografia. Nessa hipótese se argumenta que, sendo os fatores geográficos fortes o suficiente para influenciar a formação de instituições, esses poderiam ter uma influência maior ainda sobre a função de produção, levando diretamente às diferenças de desempenho econômico (Sachs, 2001, McArthur e Sachs, 2000, Gallup, Gaviria e Lara, 2007). Tipo de solo, regime de chuvas e de temperatura, distância da costa, altitude e exposição à luz solar, entre outros, definiriam a maior ou menor prosperidade econômica em cada região do País.

5.1 Efeitos da drenagem de recursos

O efeito da drenagem de recursos deve diferir, como visto acima (item 4.2.3, em cada um dos ciclos econômicos. O potencial concentrador e de aumento da pobreza deve ser observado de forma mais acentuada no ciclo da cana, inclusive corroborando a percepção de Furtado (1969), de que a relação entre os engenhos e as regiões circunvizinhas era a de extrema dependência, com as áreas adjacentes operando inclusive abaixo da subsistência. A relação de drenagem extrema deve ser verificada também no ciclo do ouro, entretanto

o ciclo deve guardar uma relação menos predatória com os centros responsáveis pelas atividades econômicas complementares, como o fornecimento de charque e o de mulas. Por outro lado, o ciclo do café seria responsável por uma drenagem de recursos bem menos intensa, pois além de atividades econômicas complementares (já existentes no ciclo do ouro) gerava estímulos por meio da criação de renda para trabalhadores assalariados, sobretudo imigrantes, nas regiões de maior disputa por mão-de-obra.

5.2 Variáveis do modelo

Percebe-se, pela análise das evidências históricas, que é possível encontrar a origem da desigualdade e da pobreza observadas nas ex-colônias no processo de ocupação das colônias. As atividades econômicas aqui estabelecidas levaram à criação e à consolidação das estruturas jurídicas e econômicas discutidas anteriormente. Cada ciclo econômico estaria, assim, associado a diferentes padrões de pobreza, desigualdade e desenvolvimento econômico. Também influíram de forma decisiva sobre os ciclos a competição entre as estruturas existentes à época na Europa e no comércio mundial, que faziam contrapor os interesses de Portugal aos dos países controladores dos fluxos de capital e do poder econômico (Inglaterra, Países Baixos, Veneza, Gênova, entre outros). Esse conflito também era reproduzido no País, envolvendo dessa vez as estruturas que começavam a se formar no Brasil, e que ora se contrapunham às estruturas coloniais, ora intermediavam o conflito da própria Coroa Portuguesa com o grosso da população local.

O teste econométrico aqui desenvolvido busca evidência desses comportamentos na história colonial brasileira, examinando especificamente os ciclos da cana-de-açúcar, do ouro e do café. A hipótese de que os padrões de desigualdade e pobreza observados Brasil afora são derivados das estruturas jurídicas e econômicas é testada contra as hipóteses alternativas de influência da geografia ou das instituições.

O teste empírico desenvolvido por Naritomi *et al.* (2007a, 2007b) verifica a hipótese da influência das instituições contra a hipótese de que a geografia influenciaria diretamente o desenvolvimento econô-

mico. No teste empírico apresentado pelos autores as duas hipóteses têm sua origem no processo de colonização, sendo examinados como choques exógenos os ciclos do ouro e o da cana-de-açúcar. O teste econométrico aqui proposto emprega as seguintes variáveis independentes, seguindo a linha de Naritomi *et al.* (2006)³⁶ e acréscimos feitos para suportar a hipótese neo-institucionalista:

Gini de Terras: Coeficiente de Gini para a distribuição de terras, calculado com base no Censo Agrícola.

Concentração Política: Índice Herfindahl de concentração calculado a partir da parcela de votação de cada partido nas eleições municipais de 2004.

Governança: Média de quatro indicadores de qualidade de governança, contabilizando o ano da atualização mais recente do cadastro do IPTU, a proporção de pagamento de IPTU, o número de instrumentos administrativos (Plano Diretor, Lei de Parcelamento do Solo etc.), e o número de instrumentos de planejamento (Plano de Governo, Plano Estratégico, Lei Orgânica).

Acesso à Justiça: Média das variáveis indicando a existência de Juizados Especiais, Conselhos Tutelares e Comissões de Defesa do Consumidor.

Variáveis Geográficas: Composto de variáveis com a distância do Equador, distância do litoral, média de precipitações, média de dias de sol, altitude, média de temperatura para os 12 meses do ano e tipo de solo (12 variáveis *dummy* indicando o tipo de solo predominante).

Variáveis de Controle: Outras variáveis de controle incluem renda per capita, média de anos de escolaridade, proporção

36. O teste com as variáveis sugeridas no estudo de Naritomi *et al.* (2007a, 2007b) é necessário para se separar as hipóteses do presente estudo das hipóteses de influência das instituições.

As origens coloniais da pobreza e da má distribuição de renda

de população urbana, população total, taxa de mortalidade infantil e expectativa de vida.

Nas regressões que testam a hipótese neo-estruturalista incluíram-se como variáveis dependentes:

Desigualdade Social: Medida pelo índice de Gini calculado para cada municipalidade.

Pobreza: Medida como o percentual da população que vive abaixo da linha de pobreza em cada município.

Indigência: Medida como o percentual da população que vive abaixo da linha de indigência em cada município.

5.3 O modelo econométrico

O modelo econométrico sugerido neste primeiro teste tem a seguinte forma:

$$Gini = g_1 D_{Cana} + g_2 D_{Café} + g_3 D_{Ouro} + X_{Inst} b_{Inst} + X_{Geo} b_{Geo} + u_i \quad (1)$$

Onde *Gini* pode ser qualquer índice de desigualdade social (ou pobreza), X_{Inst} é um vetor de variáveis institucionais exógenas, b_{Inst} é um vetor de parâmetros dos regressores, X_{Geo} é um vetor de variáveis geográficas exógenas e u_i é um vetor de perturbações na equação. Os coeficientes g_i captam os efeitos das estruturas determinantes sobre a variável regredida, separados para o Ciclo da Cana (g_1), Ciclo do Café (g_2) e Ciclo do Ouro (g_3).

A variável *D* merece algumas considerações adicionais. O uso de uma *dummy* indicando se o município em questão pertenceu a algum dos ciclos apresenta alguns problemas de ordem prática, pois o mapeamento dos ciclos e a atribuição da *dummy* é um procedimento sujeito a erros. Muitos dos municípios inexistentes à época dos ciclos são na verdade regiões desmembradas dos núcleos originais da exploração da atividade econômica, e estiveram sob influência direta das estruturas que procuramos investigar. Uma

estratégia seria a de incluir os municípios que estivessem sob influência de uma destas cidades, mesmo quando esses tivessem sido elevados à condição de vila tempos depois. O critério para determinar essa influência também não é pacífico, e uma possibilidade é a de utilizar a distância do município até a cidade mais próxima e pertencente ao ciclo. Foi determinada uma função de influência alcançando todos os municípios dentro de um raio de ação e testando diversas distâncias (100km, 200km, 300km).³⁷ Para o cálculo da distância entre as cidades, uma vez que os dados disponíveis são apenas os de localização (latitude e longitude) das cidades, será utilizada a fórmula simplificada:

Distância = $r * \arccos[\text{seno}(\text{latitude da cidade 1}) * \text{seno}(\text{latitude da cidade 2}) + \text{co-seno}(\text{latitude da cidade 1}) * \text{co-seno}(\text{latitude da cidade 2}) * \text{co-seno}(\text{longitude da cidade 2} - \text{longitude da cidade 1})]$.³⁸

5.4 O mapeamento dos ciclos econômicos

Para o levantamento de dados dos municípios pertencentes aos ciclos da cana-de-açúcar, café e ouro, utilizamos as informações constantes do Censo de 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além dos dados constantes do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2000, do PNUD.

37. Essas distâncias foram escolhidas para manter a comparabilidade com os estudos de Naritomi *et al.* (2007a, 2007b). A existência de coeficientes próximos ou não significativamente diferentes para cada uma das distâncias servirá como um teste adicional de robustez dos resultados, mostrando que a opção por um critério de distância em particular (200 km) não interfere nos resultados.

38. A fórmula apresentada resulta na assim chamada distância geodésica. A distância calculada dessa forma deve guardar uma correlação bastante grande com a real distância percorrida entre as cidades, seja hoje em dia ou na época colonial. Como a função de influência será calculada para a distância máxima de 300 km, eventuais distorções referentes a curvatura do planeta não devem ter influência significativa.

5.4.1 Ciclo da cana-de-açúcar

Para identificar os municípios que pertenceram ao ciclo da cana, utilizamos os estudos de Prado Jr. e Roberto Simonsen, tendo ainda como fonte de dados os anuários do Instituto do Açúcar e do Alcool, que permitiram estabelecer os principais municípios produtores da cana-de-açúcar dentro do Ciclo.

Prado Jr. (1945, capítulo 4, p. 39) sugere que o ciclo da cana predominou inicialmente nos Estados de Pernambuco e Bahia, posteriormente se estendendo pela linha costeira (pois a expansão para o interior esbarrava na zona semi-árida do sertão nordestino) aos Estados ao norte e ao sul. A expansão ao norte alcançou o Rio Grande do Norte, e ao sul encontrou terras cultiváveis até a capitania de São Vicente. A região do Recôncavo Baiano se destaca nesta época como um grande centro de plantação de cana.

De acordo com Simonsen, o período em que tal atividade predominou foi do final do século XVI até 1760. Prado Jr. afirma que até meados do século XVII o Brasil foi o maior produtor mundial de açúcar, sendo que a partir de então começa a sofrer forte concorrência das colônias da América Central e Caribe. Simonsen demonstra que ao final do ciclo a exportação do produto caiu de 2.500.000 arrobas, em 1760, para 1.500.000, em 1776. Neste mesmo período, o preço do produto reduziu-se à metade (cf. Simonsen, 1957, gráfico da p. 115).

Como dito, Prado Jr. confirma que a atividade se deu essencialmente no litoral, assim, foram excluídos da amostra as cidades de Sousa (PB), Pombal (PB), Pesqueira (PE) e Jacobina (BA). Ao final, foram identificados 43 municípios.

5.4.2 Ciclo do Ouro

Os Municípios que pertenceram ao ciclo do ouro foram inteiramente identificados por meio dos trabalhos de Simonsen (1957, capítulo X) e Naritomi (2007). Conforme aponta Simonsen, o curto ciclo do ouro inicia-se com a descoberta das primeiras jazidas em 1728 e atinge seu apogeu por volta de 1760, até sua produção tornar-se bem diminuta no final do século XVIII. Conforme aponta

o mapa anexado à obra do autor (p. 255), os municípios pertencentes ao ciclo encontram-se substancialmente em quatro Estados brasileiros: Minas Gerais, Bahia, Goiás e Mato Grosso.

Com base nestas informações, determinamos como pertencentes ao ciclo aquelas cidades que foram fundadas na época identificada pelo autor (entre o final do século XVII e início do século XVIII), além daquelas próximas de grandes centros produtores conhecidos (como Diamantina, Ouro Preto, Sabará, Jacobina e Goiás).

5.4.3 Ciclo do Café

O ciclo do café foi analisado tendo por base os estudos de Prado Jr. (1945, capítulo 16). Os principais dados estatísticos a respeito dos municípios pertencentes ao ciclo foram retirados do Anuário Estatístico do Café, do Instituto Brasileiro do Café, entre os anos de 1934 a 1946. Informações complementares foram extraídas dos trabalhos de Simonsen (1940) Milliet (1938) e Taunay (1941).

Prado Jr. sugere que o ciclo do café iniciou-se após a decadência das lavouras tradicionais – como cana-de-açúcar, algodão e tabaco – e se desenvolveu desde fins do século XVIII, atingindo seu ápice somente a partir do final do século XIX.

Pelas características naturais da plantação, o autor indica que o ponto de partida da cultura cafeeira foi a vizinhança próxima ao litoral, próximo às montanhas que circundavam a cidade do Rio de Janeiro, estendendo-se rapidamente pelo vale do rio Paraíba (p. 161-162). Posteriormente, a cultura desenvolveu-se pelo oeste paulista, avançando progressivamente para o rio Paraná.

Nos Anuários consultados, consta a catalogação da produção cafeeira dos municípios durante o período de análise (1934 a 1946), sendo que tais dados são referendados e costumeiramente citados por Prado Jr. (1945, p. 225 e ss.).

5.5 Estratégias de identificação

A associação dos ciclos econômicos com as características das estruturas determinantes poderia levar a um potencial problema de

As origens coloniais da pobreza e da má distribuição de renda

identificação. As regiões e produtos escolhidos para os empreendimentos coloniais poderiam ser influenciadas pelo tipo de ocupação do lugar, definido pelos padrões de pobreza e desigualdade existentes. Os habitantes iniciais seriam aqueles dispostos a enfrentar as condições da imigração, que implicavam no abandono da terra natal e no enfrentamento de perigosas viagens transoceânicas, e deveriam incluir àqueles de menor perspectiva na metrópole. As áreas em que se fixaram os empreendimentos coloniais seriam aquelas que atraíram os detentores de grande capital, em busca de concessões da Coroa. Trabalhadores com melhores perspectivas teriam migrado mais para o sul, constituindo sociedades mais igualitárias e menos propícias a receberem os investimentos dos donatários.

Assim, as áreas escolhidas para os empreendimentos nos ciclos econômicos, já em sua origem, seriam determinadas pela desigualdade, independente das estruturas jurídicas que se seguiram. Dessa forma, um teste de robustez adicional deverá ser feito, utilizando-se uma regressão de dois estágios para separar o efeito da causalidade reversa. Para tanto, devemos encontrar uma variável que esteja correlacionada com a chance de um ciclo econômico se estabelecer em determinada região, mas que não esteja relacionada com a desigualdade e a pobreza, a não ser pelos efeitos das estruturas.

Tabela A: Primeiro Estágio da Regressão com Variáveis Instrumentais Geográficas 1

	Cana	Ouro	Café	
Tipos de Solo	Argissolos	0,0147* (0,0086)	-0,0106 (0,0106)	0,0701*** (0,0153)
	Cambissolos	-0,0251*** (0,0089)	0,0278** (0,0141)	-0,0919*** (0,0185)
	Chernossolos	0,0021 (0,0158)	-0,1264*** (0,0197)	-0,2368*** (0,0192)
	Espodosolos	0,0769 (0,0728)	-0,0359 (0,0523)	0,0641 (0,0523)
	Gleissolos	-0,1038*** (0,0277)	-0,0339** (0,0176)	-0,1603*** (0,0267)
	Latossolos	0,0036 (0,0085)	0,0330*** (0,0109)	0,0622*** (0,0153)
	Luvissolos	0,0822*** (0,0166)	-0,0255** (0,0120)	0,0763*** (0,0159)
	Neossolos	-0,0317*** (0,0086)	-0,0146 (0,0108)	-0,0658*** (0,0148)
	Nitossolos	-0,0134 (0,0099)	-0,0787*** (0,0112)	-0,1424*** (0,0260)
	Planossolos	-0,0261** (0,0134)	0,0464*** (0,0134)	-0,0329* (0,0178)
	Plintossolos	-0,0996*** (0,0105)	-0,0112 (0,0139)	0,0284 (0,0193)
	Vertissolos	-0,0671*** (0,0096)	0,0644*** (0,0103)	-0,0982*** (0,0290)
Médias Mensais de Temperatura	Janeiro	0,0269*** (0,0045)	0,0313*** (0,0053)	0,0772*** (0,0076)
	Fevereiro	0,0278*** (0,0049)	-0,0857*** (0,0060)	-0,0129* (0,0079)
	Março	0,0538*** (0,0058)	-0,0091 (0,0063)	0,0270*** (0,0085)
	Abril	0,0086* (0,0047)	0,0732*** (0,0062)	0,0711*** (0,0080)
	Maiο	0,0443*** (0,0049)	-0,0073 (0,0061)	0,0135* (0,0076)
	Junho	0,0939*** (0,0061)	0,0587*** (0,0068)	-0,0974*** (0,0089)
	Julho	-0,0206*** (0,0063)	-0,1005*** (0,0072)	-0,0908*** (0,0095)
	Agosto	-0,0647*** (0,0043)	-0,0258*** (0,0057)	0,0239*** (0,0077)
	Setembro	-0,0212*** (0,0041)	-0,0105** (0,0048)	0,0555*** (0,0068)
	Outubro	-0,0337*** (0,0042)	-0,0777*** (0,0055)	0,0715*** (0,0075)
	Novembro	-0,0260*** (0,0040)	-0,0242*** (0,0046)	-0,0615*** (0,0069)
	Dezembro	-0,0230*** (0,0046)	-0,0587*** (0,0057)	-0,1368*** (0,0078)
Observações	5506	5506	5506	
Teste F	106,89 F(24, 5481)	87,69 F(24, 5481)	241,13 F(24, 5481)	
R ²	0,43	0,31	0,47	

1 – Erro padrão robusto de Huber/White *** significante a 1% ** significante a 5% * significante a 10%.

As origens coloniais da pobreza e da má distribuição de renda

Verifica-se que os ciclos econômicos estão fortemente ligados ao tipo de solo encontrado ou ao regime de temperaturas. Os solos propícios ao cultivo da cana são bastante diferentes dos solos onde se encontrou algum tipo de metal precioso, e mesmo dos solos utilizados para o cultivo do café. O regime de temperaturas não apenas influencia as culturas desenvolvidas, mas também tem uma influência sobre a formação do solo e de minérios. As regressões da Tabela A mostram que solos e temperaturas respondem por uma parte significativa da escolha dos locais de fixação dos empreendimentos.³⁹ Os valores dos coeficientes e dos desvios-padrão, bem como os valores de R² e dos testes F mostram que os instrumentos são adequados.⁴⁰

O sistema de equações que determina a influência das estruturas sobre a desigualdade e a pobreza seria:

$$P(D^{Ciclo} = 1 | X_{Inst}, X_{Geo}) = g_1 D^{Ciclo} + X_{GeoIV} b_1 + X_{Inst} b_{Inst} + X_{Geo} b_{Geo} + u_1 \quad (2)$$

$$Gini = g_2 D^* + X_{Inst} b_{Inst} + X_{Geo} b_{Geo} + u_2 \quad (3)$$

D^{Ciclo} é uma *dummy* que assume valor 1 quando a cidade em questão fez parte do ciclo do ouro, da cana ou do café e 0 caso contrário.⁴¹ O uso de uma variável endógena binária poderia violar a

39. O uso das variáveis de tipo de solo e temperatura como instrumentos reduz, evidentemente, a quantidade de variáveis para o teste da hipótese da influência da geografia. Ficam ainda, entretanto, a latitude, precipitação, insolação e distância da costa como variáveis geográficas.

40. A discussão sobre o uso de instrumentos fracos em regressões de dois estágios em modelos dicotômicos é feita por Ribeiro (2007b). Segundo o autor, Bound, Jaeger e Baker (1995) levantaram o problema do uso de variáveis instrumentais quando a correlação entre os instrumentos e a variável explicativa endógena é fraca, e Hahn e Hausman (2003) teriam sugerido que a causa da presença de instrumentos fracos é geralmente definida como um valor baixo para o R² ou para a estatística F da equação em forma reduzida, com a situação mais comum sendo aquela em que se tem apenas uma única variável endógena do lado direito da equação.

41. Além do uso de uma variável binária identificando os ciclos, o estudo utiliza em seu lugar, em algumas das especificações, uma função de

condição de distribuição normal da variável dependente no primeiro estágio da regressão, mas no segundo estágio os resultados são consistentes, com apenas ligeiro prejuízo da eficiência.⁴² Os vetores X_{Inst} e X_{Geo} são similares aos da equação (1), assim como o segundo estágio da regressão (equação 3), em que a única diferença fica por conta da substituição da *dummy* indicando se a cidade pertenceu ou não ao ciclo pelo valor estimado da probabilidade da cidade ter sido escolhida para desenvolvimento da atividade econômica.

influência do ciclo sobre o município, variando continuamente de forma quadrática entre 0 e 1, em procedimento semelhante ao usado por Naritomi *et al.* (2007).

42. A aplicação da regressão de dois estágios em modelos binários segue a resenha feita em Ribeiro (2007b). O autor aponta os estudos de Heckman e Robb (1985, p. 185) para a consistência de modelos de regressão em dois estágios com variáveis endógenas binárias, discutindo também a recomendação de Wooldridge (2001) quanto ao uso de uma estatística F robusta a heterocedasticidade na interpretação das estatísticas do primeiro estágio. Para a discussão sobre os efeitos da heterocedasticidade em modelos binários veja o Anexo II de Ribeiro (2007b), mostrando as conclusões de Yatchew e Griliches (1985) e outros autores.

RESULTADOS

SUMÁRIO: 6.1 Compatibilidade com os dados de Naritomi *et al.* – 6.2 A Influência das variáveis geográficas e institucionais sobre a pobreza e desigualdade – 6.3 Os ciclos econômicos e as estruturas.

Nesta seção são apresentados os principais resultados do teste empírico. Foram realizados testes alternativos com outros indicadores de desigualdade, pobreza e indigência, bem como com outras séries dos indicadores institucionais e geográficos. Para concisão do estudo, esses resultados somente foram reportados quando divergiam dos resultados aqui apresentados.

6.1 Compatibilidade com os dados de Naritomi *et al.*

A tabela 1 reproduz os resultados de Naritomi *et al.* (2007a, Anexos, p. 38). Os resultados são bastante semelhantes, com pouca diferença em alguns dos valores de coeficientes. Essas diferenças referem-se principalmente a pequenas variações nas fontes de dados, mais especialmente:

- Os dados de localização do município (latitude e longitude), que acabam por influenciar o cálculo da distância até o litoral e até o Equador. Essas diferenças foram reduzidas utilizando-se os dados de distância da costa de Naritomi *et al.* (2007b)⁴³ em vez dos dados coletados no Atlas do Desenvolvimento Humano do IBGE. Foram feitos testes de robu-

43. Dados cedidos pelos autores daquele estudo.

tez com os dados coletados no presente estudo e nenhum resultado se altera de forma substancial.⁴⁴

- Diferenças no cálculo do GINI de terras. No caso do presente estudo o índice foi calculado com base nas 16 faixas de tamanho de propriedade apresentadas no Censo Agrícola de 1996, o que permite uma precisão já bastante razoável. Dessa forma, os resultados da coluna 4 da tabela 1 são os que apresentam maior variação, mas acabam mantidas as principais conclusões de Naritomi *et al.* (2007b).
- Diferenças no cadastro do ano de atualização do cadastro do IPTU, o que acaba por influenciar o cálculo do índice de boa gestão municipal. Como o trabalho de coleta de dados do presente estudo resultou em cerca de 230 observações a menos (das 4.948 possíveis) do que o trabalho de Naritomi *et al.* (2007b), também nesse caso foram utilizados os dados deste último.⁴⁵ Testes de robustez feitos com os dados por nós coletados não alteram os coeficientes de forma significativa.
- No presente estudo optou-se por manter a variável utilizada em Naritomi *et al.* (2007a), ou seja, o índice de Herfindahl de concentração política. Esse índice foi calculado com os dados das eleições proporcionais de 2004 e pode diferir ligeiramente do índice calculado naquele artigo. Também se verificou que alguns dos resultados de Naritomi *et al.* (2007b), não significativos na última versão dos autores, passaram a ser significativos com a utilização do HHI. Especificamente na tabela 1, verifica-se que cresce bastante o poder explicativo das variáveis geográficas, hábeis a justificar 15% da variação total da concentração política (R² na coluna 5 da tabela 1).

44. Para o cálculo das funções de influência dos ciclos da cana, do ouro e do café, entretanto, foram utilizadas as coordenadas coletadas especificamente para o presente estudo. A forma de realização desses cálculos foi apresentada no item 5.3.

45. Dados também cedidos pelos autores.

As origens coloniais da pobreza e da má distribuição de renda

- Tanto o índice de boa gestão municipal como o índice de acesso à justiça foram calculados mediante levantamentos feitos para o presente estudo, e podem guardar ainda pequenas variações em relação aos cálculos de Naritomi *et al.* (2007a, 2007b, 2007c). Os testes de robustez realizados e a proximidade dos coeficientes resultantes, entretanto, mostram que não existem diferenças dignas de nota entre as duas metodologias de amostragem e de recolhimento de dados.

Tabela 1: Desenvolvimento, Instituições e Geografia nos Municípios Brasileiros – Estimados por MQO 1

	PIB/PC (ln) 1	Gover- nança 2	Justiça 3	Terra (GINI) 4	Política 5	PIB/PC (ln) 6
Governança						0,1033*** (0,0062)
Acesso à Justiça						0,1408*** (0,0052)
Distribuição de Terras (GINI Terra)						-0,1679*** (0,0441)
Concentração Política						-0,2598*** (0,0535)
Distância do Equador	-0,0619*** (0,0026)	-0,0375*** (0,0049)	-0,0428*** (0,0059)	0,0008 (0,0008)	-0,0018*** (0,0005)	-0,0534 (0,0022)
Distância da Costa	-0,0110*** (0,0022)	-0,0008 (0,0039)	-0,0107** (0,0047)	0,0013* (0,0007)	0,0026*** (0,0003)	-0,0086*** (0,0020)
Dias de Sol	-0,0179*** (0,0023)	-0,0047 (0,0048)	-0,0285*** (0,0059)	-0,0012 (0,0008)	0,0048*** (0005)	-0,0117*** (0,0020)
Precipitação	0,0342*** (0,0018)	0,0250*** (0,0038)	0,0303*** (0,0045)	-0,0024*** (0,0007)	-0,0024*** (0,0004)	0,0262*** (0,0016)
Altitude	0,0069*** (0,0024)	0,0016 (0,0051)	-0,0047 (0,0064)	-0,0034*** (0,0008)	-0,0009* (0,0005)	0,0063*** (0,0020)
Temperatura (12 médias mensais)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Tipo de Solo (12 variáveis <i>dummy</i>)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Constante	3,5687*** (0,0979)	2,3654*** (0,1970)	-0,1882 (0,2368)	0,3751 (0,0299)	0,0795 (0,0201)	3,4001*** (0,0858)
Observações	4971	4948	4959	4903	4971	4873
Teste F	330,11 F(29, 4941)	64,66 F(29, 4918)	23,41 F(29, 4929)	51,80 F(29, 4873)	32,30 F(29, 4941)	490,15 F(33, 4839)
R ²	0,65	0,27	0,11	0,24	0,15	0,75

1 – Erro padrão robusto de Huber/White *** significante a 1% ** significante a 5% * significante a 10%.

6.2 A Influência das variáveis geográficas e institucionais sobre a pobreza e desigualdade

Nas colunas 1 e 6 da tabela 1, foi testada a influência das variáveis geográficas e institucionais sobre o desenvolvimento, medido

As origens coloniais da pobreza e da má distribuição de renda

na forma do logaritmo do PIB *per capita*. Na coluna 1, verificou-se que as variáveis geográficas explicam 65% da variação do PIB *per capita* entre os municípios brasileiros (R2 da coluna 1) e na coluna 6 verifica-se que, se levados em conta os indicadores institucionais, o modelo explicaria 75% de toda a variação no PIB *per capita* entre os municípios (R2 da coluna 2).

Ficou anteriormente evidenciado, com base na análise dos episódios históricos feita no item 4 desse estudo, que as ditas causas institucionais são um efeito do processo concentrador, não determinando o desenvolvimento diretamente. As estruturas jurídicas e econômicas têm um efeito direto e duradouro sobre a pobreza e a desigualdade e, por meio destas, afetam o potencial de crescimento econômico. O resultado esperado em uma análise quantitativa é o de que variáveis geográficas tenham uma influência maior sobre a pobreza e a desigualdade do que sobre o próprio crescimento.

É o que se verifica nas regressões apresentadas na tabela 2. Nas três primeiras especificações (colunas 1 a 3) pode-se observar que os mesmos modelos apresentados por Naritomi *et al.* (2007a, 2007b) explicam mais a pobreza e a indigência (respectivamente 69% e 68%) do que o crescimento econômico. Eles também explicam porção importante da desigualdade (23%). Observa-se um aumento de 4% no poder explicativo para a indigência, de 6% para a pobreza e 3% para a desigualdade com a inclusão das variáveis institucionais (R2 das colunas 4 a 6), entretanto em nosso modelo teórico essas variáveis estão correlacionadas com as estruturas econômicas e jurídicas, sendo apenas efeitos destas. Assim, os modelos das colunas 4 a 6 medem parte do efeito das estruturas, e não o pretendido efeito institucional apresentado por Naritomi *et al.* com base nas proposições de Acemoglu *et al.* (2001).

Tabela 2: Pobreza, Instituições e Geografia nos Municípios Brasileiros – Estimados por MQO 1

	Indigência 1	Pobreza 2	Desigualdade 3	Indigência 4	Pobreza 5	Desigualdade 6
Governança				-2,5285*** (0,2105)	-3,4800*** (0,2389)	0,0002 (0,0010)
Acesso à Justiça				-2,7331*** (0,1678)	-4,2566*** (0,2049)	0,0069*** (0,0008)
Distribuição de Terras (GINI Terra)				6,9950*** (1,3733)	11,3073*** (1,6628)	0,0446*** (0,0074)
Concentração Política				2,8973 (1,8727)	4,4378** (2,1167)	-0,0384*** (0,0098)
Distância do Equador	1,8533*** (0,0765)	2,3824*** (0,0895)	0,0027*** (0,0003)	1,6720*** (0,0709)	2,1021*** (0,0790)	0,0029*** (0,0003)
Distância da Costa	0,4189*** (0,0661)	0,5287*** (0,0706)	0,0036*** (0,0003)	0,3922*** (0,0654)	0,4667*** (0,0668)	0,0038*** (0,0003)
Dias de Sol	0,3725*** (0,0683)	0,6241 (0,0849)	0,0002 (0,0003)	0,2821*** (0,0654)	0,4665*** (0,0785)	0,0007** (0,0003)
Precipitação	-1,0125*** (0,0554)	-1,2018*** (0,0643)	-0,0005** (0,0002)	-0,8380*** (0,0525)	-0,9400*** (0,0596)	-0,0007*** (0,0003)
Altitude	-0,2507*** (0,0692)	-0,1969** (0,0902)	0,0010*** (0,0004)	-0,2326*** (0,0658)	-0,1604** (0,0828)	0,0012*** (0,0003)
Temperatura (12 médias mensais)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Tipo de Solo (12 variáveis <i>dummy</i>)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Constante	68,1273*** (2,8928)	97,4659*** (3,5970)	0,5795*** (0,0141)	71,3366 (2,8160)	101,03*** (3,3383)	0,5631*** (0,0145)
Observações	4971	4971	4873	4873	4873	4839
Teste F	331,74 F(29, 4941)	418,04 F(29, 4941)	49,23 F(29, 4941)	395,34 F(33, 4839)	543,80 F(33, 4839)	50,29 F(33, 4839)
R2	0,68	0,69	0,23	0,72	0,75	0,26

1 – Erro padrão robusto de Huber/White *** significante a 1% ** significante a 5% * significante a 10%.

As condições geográficas são determinantes das estruturas criadas pela Coroa em nosso território. Como discutido na parte teórica, a presença de riquezas naturais das mais diversas espécies (clima propício à produção de determinadas *commodities*, minas de metais preciosos e outras) levaram a concessão de monopólios que foram explorados com base exclusivamente em uma estratégia de concentração do poder econômico e de aumento da pobreza. Assim, o que esses modelos econométricos estão medindo é o efeito direto das estruturas sobre a pobreza. Ou seja, as estruturas são uma alternativa teórica hábil a explicar até três quartos da variação da pobreza e da indigência em nosso País.

6.3 Os ciclos econômicos e as estruturas

A tabela 3 apresenta os efeitos dos ciclos econômicos sobre o crescimento, medido pelo PIB *per capita* das municipalidades brasileiras. O teste da coluna 1 repete a especificação de Naritomi *et al.* (2007b), na coluna 1 da tabela 7 dos anexos daquele artigo. Foram acrescentados ao teste apresentado pelos economistas os controles geográficos, o que muda substancialmente os resultados. Em vez de encontrarmos uma influência negativa e significativa do ciclo da cana, o resultado da tabela 3, em sua coluna 1, mostra uma influência não significativa e positiva do ciclo da cana sobre o PIB *per capita*. Os resultados da coluna 2 reproduzem o teste de Naritomi *et al.* (2007b, anexos, tabela 7, coluna 2), porém com resultado diverso. Encontra-se ali uma influência significativa e positiva do ciclo da cana-de-açúcar sobre o aumento do PIB, uma influência mais de três vezes maior do que a do ciclo do ouro. Esta especificação inclui as variáveis de interação entre a função de influência do ciclo do ouro e a distância de Portugal, e os coeficientes mostram que, quanto mais distante da metrópole e mais distante de Portugal, menor o PIB *per capita* no caso do ciclo da cana, mas se observa o efeito oposto no caso do ciclo do ouro, resultando a interação em um PIB maior.

Se acrescentada a função de influência do ciclo do café, verifica-se que este último resultou no maior aumento do PIB entre os três ciclos examinados. A influência do ciclo do ouro determinou uma ligeira redução do PIB *per capita* e os resultados para o ciclo da cana não foram significantes. A inclusão da interação entre a

CONCENTRAÇÃO, ESTRUTURAS E DESIGUALDADE

distância de Portugal e a influência de cada um dos ciclos pareceria inverter essa situação, tornando o ciclo da cana o mais benigno para o aumento do PIB, seguido pelo ciclo do ouro e por último o do café. A inclusão de uma interação entre o ciclo do café e a distância de Portugal, entretanto, é discutível, já que no período do ciclo o Brasil não mais era colônia de Portugal. A exclusão apenas da interação do ciclo do café com a distância de Portugal torna a influência do ciclo positiva novamente, um pouco abaixo da influência que o ciclo do ouro produziria.

Tabela 3: Desenvolvimento, Instituições e Geografia nos Municípios Brasileiros – Estimados por MQO 1

	PIB/PC (ln) 1	PIB/PC (ln) 2	PIB/PC (ln) 3	PIB/PC (ln) 4
Ciclo da Cana	0,0021 (0,0352)	1,5910*** (0,4155)	0,0426 (0,0341)	1,5443*** (0,4231)
Ciclo da Cana x Distância de Portugal		-0,2046*** (0,0556)		-0,2025*** (0,0560)
Ciclo do Ouro	-0,0783*** (0,0256)	-3,8259*** (0,4961)	-0,1576*** (0,0258)	-1,8055*** (0,4864)
Ciclo do Ouro x Distância de Portugal		0,4475*** (0,0585)		0,2059*** (0,0578)
Ciclo do Café			0,3625*** (0,0203)	-2,6614*** (0,4209)
Ciclo do Café x Distância de Portugal				0,3415*** (0,0475)
Distância de Portugal		0,1199*** (0,0450)		-0,0149 (0,0495)
Controles Geográficos	Sim	Sim	Sim	Sim
Constante	3,5989*** (0,0987)	2,8797*** (0,2952)		
Observações	4971	4971	4970	4970
Teste F	310,86 F(31, 4939)	302,89 F(34, 4936)	343,17 F(32, 4937)	314,75 F(36, 4933)
R2	0,65	0,66	0,67	0,68

1 – Erro padrão robusto de Huber/White *** significante a 1% ** significante a 5% * significante a 10%.

As origens coloniais da pobreza e da má distribuição de renda

Se olhados os resultados da tabela 4, em suas colunas 1 e 2, verifica-se que o padrão encontrado para a influência dos ciclos sobre o crescimento econômico repete-se para o aumento da pobreza e da indigência. O ciclo do café resultaria em menos pobreza, seguido pelo ciclo da cana em que essa redução é moderada e pelo ciclo do ouro, que resultou em aumento da pobreza. A mesma ordem se repete quando a variável dependente é o percentual de indigentes. A aparente inversão da ordem proposta em Furtado (1969) parece resultar da endogeneidade apresentada no item 5.5. De fato, observa-se que quando testamos a mesma hipótese com uma regressão de dois estágios, tendo o tipo de solo e as médias de temperatura como instrumentos, a influência das estruturas jurídicas e econômicas resulta em uma desigualdade mais aguda no ciclo da cana, seguido pelo ciclo do ouro e, por fim, pelo ciclo do café (Tabela 4a). Em relação à pobreza e indigência, embora o coeficiente do aumento resultante do ciclo do ouro seja ligeiramente superior ao do ciclo da cana, a diferença entre os dois resultados pode não ser significativa, dados os desvios-padrão.

O que esses resultados parecem indicar é compatível com nossa análise da influência dos ciclos econômicos sobre o crescimento econômico, desigualdade de renda e pobreza. A menor drenagem de recursos entre os setores da economia, associada a uma menor capacidade de monopolização do mercado de trabalho, tornou o desenvolvimento das áreas de cultivo de café menos criadoras de desigualdade e pobreza. A pior influência dessa drenagem de recursos ocorre no ciclo da cana, e no caso do ciclo do ouro a redução da desigualdade fica em 2/5 do resultado para o ciclo da cana.

Tabela 4: Desenvolvimento, Instituições e Geografia nos Municípios Brasileiros
 – Estimados por MQO 1

	Pobreza		Indigência		Desigualdade		Pobreza		Indigência		Desigualdade	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Ciclo da Cana	-2,1961* (1,1944)	-3,7683*** (1,0375)	-0,0076 (0,0051)	-80,1957*** (14,5861)	-61,0552*** (12,1715)	-0,3952*** (0,0583)						
Ciclo da Cana x Distância de Portugal				10,4294*** (1,9474)	7,6813*** (1,6141)	0,0519*** (0,0078)						
Ciclo do Ouro	5,2729*** (0,9458)	1,3327** (0,6957)	-0,0064* (0,0038)	82,7842*** (16,2905)	87,5094*** (13,5601)	0,1758*** (0,0673)						
Ciclo do Ouro x Distância de Portugal				-9,7845*** (1,9388)	-10,5580*** (1,5951)	-0,0230*** (0,0080)						
Ciclo do Café	-15,4605*** (0,7351)	-10,3306*** (0,5444)	0,0113*** (0,0031)	149,7599*** (16,8240)	80,3518*** (12,6969)	0,3318*** (0,0639)						
Ciclo do Café x Distância de Portugal				-18,6695*** (1,9059)	-10,1854*** (1,4313)	-0,0389*** (0,0072)						
Distância de Portugal				-1,4293 (1,6922)	0,3004 (1,4526)	-0,0067 (0,0066)						
Controles Geográficos	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Constante	111,13*** (3,5866)	111,13*** (3,5866)	0,5918*** (0,0146)	124,80*** (10,8089)	76,6457*** (9,1958)	0,6470*** (0,0448)						
Observações	4970	4970	4970	4970	4970	4970						
Teste F	463,55 F(32, 4937)	360,13 F(32, 4937)	46,16 F(32, 4937)	433,08 F(36, 4933)	337,27 F(36, 4933)	44,15 F(36, 4933)						
R2	0,72	0,70	0,24	0,73	0,71	0,26						

1 – Erro padrão robusto de Huber/White *** significante a 1% ** significante a 5% * significante a 10%.

Tabela 4a: Desenvolvimento, Instituições e Geografia nos Municípios Brasileiros – Estimados por 2SIV 1

	1	2	3	4	5	6
	Pobreza	Pobreza	Indigência	Indigência	Desiguald.	Desiguald.
Ciclo da Cana	13,3126*** (2,0534)	259,4754*** (36,7035)	6,2765*** (1,8044)	201,9408*** (31,3911)	0,0508*** (0,0088)	0,3193*** (0,1468)
Ciclo da Cana x Distância de Portugal		-34,9698*** (4,9342)		-27,2716*** (4,1999)		-0,0433*** (0,0198)
Ciclo do Ouro	14,1813*** (2,5512)	293,7616*** (51,8283)	7,1875*** (2,1313)	141,9047*** (43,2024)	0,0271*** (0,0110)	0,9684*** (0,0097)
Ciclo do Ouro x Distância de Portugal		-34,7504*** (6,1907)		-16,9368*** (5,1605)		-0,1174*** (0,0275)
Ciclo do Café	-19,4913*** (0,9182)	232,6491*** (52,5411)	-16,0803*** (0,6738)	141,9111*** (43,9796)	-0,0192*** (0,0041)	0,6531*** (0,2188)
Ciclo do Café x Distância de Portugal		-27,6232*** (5,9030)		-17,1193*** (4,9397)		-0,0739*** (0,0246)
Distância de Portugal	7,1101*** (1,9926)	5,0557*** (2,1765)	7,6113*** (1,7303)	8,0889*** (1,8754)	0,0271*** (0,0081)	0,0031 (0,0083)
Controles Geográficos	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Constante	55,0165*** (13,2680)	64,1980*** (13,7284)	21,7223** (11,3848)	16,3626 (11,6212)	0,4409*** (0,0548)	0,5780*** (0,0530)
Observações	4970	4970	4970	4970	4970	4970
Teste F	1309,74 F(9, 4960)	976,96 F(12, 4957)	1035,32 F(9, 4960)	791,95 F(12, 4957)	132,18 F(9, 4960)	100,87 F(12, 4957)
R2	0,68	0,67	0,66	0,65	0,18	0,20

1 – Erro padrão robusto de Huber/White *** significante a 1% ** significante a 5% * significante a 10%.

CONCENTRAÇÃO, ESTRUTURAS E DESIGUALDADE

A inclusão das interações com a distância de Portugal pareceria inverter esses resultados, mas de novo, a inclusão de uma interação para o ciclo do café, ocorrido depois da independência, não parece ser a melhor solução. Os modelos sem a interação para o ciclo do café resultam em diminuição da pobreza e indigência, em níveis um pouco inferiores aos do ciclo da cana.

A tabela 5 mostra que, mesmo quando levados em conta os indicadores institucionais, muito da variação no PIB *per capita* ainda é explicada pelas funções de influência de cada um dos ciclos econômicos. Ou seja, não bastando nossa hipótese de que esses indicadores institucionais são conseqüência das estruturas jurídicas e econômicas, verifica-se que os ciclos econômicos ainda explicam muito do baixo desempenho econômico, da pobreza e da indigência. Conforme se observa nas colunas 3 e 4 da tabela 5, os ciclos econômicos explicam a pobreza em níveis ligeiramente acima dos observados nos modelos que tentam explicar o PIB *per capita*. Esse “algo mais” que os ciclos explicam são exatamente as estruturas, e percebe-se que elas estão muito mais relacionadas com a pobreza e a desigualdade do que com o crescimento econômico em si.

Tabela 5: Desenvolvimento, Instituições e Geografia nos Municípios Brasileiros – Estimados por MQO 1

	PIB/PC (ln) 1	PIB/PC (ln) 2	Pobreza 3	Pobreza 4
Ciclo da Cana	0,0331 (0,0287)	1,8774*** (0,3409)	-1,9007* (1,0516)	-91,3918*** (12,2487)
Ciclo da Cana x Distância de Portugal		-0,2502*** (0,0455)		12,0418*** (1,6451)
Ciclo do Ouro	-0,0797*** (0,0211)	-1,1041*** (0,4031)	3,4022*** (0,8255)	62,8642*** (14,2668)
Ciclo do Ouro x Distância de Portugal		0,1296*** (0,0479)		-7,5931*** (1,7026)
Ciclo do Café	0,2865*** (0,0177)	-2,3323*** (0,3605)	-13,5173*** (0,6847)	151,6551*** (15,2683)
Ciclo do Café x Distância de Portugal		0,2969*** (0,0407)		-18,7091*** (1,7337)
Distância de Portugal (em 1000 km)		-0,0377 (0,0475)		-0,5820 (1,5835)
Governança Municipal	0,1030*** (0,0061)	0,1027*** (0,0060)	-3,4631*** (0,2305)	-3,4674*** (0,2242)
Acesso à Justiça	0,1349*** (0,0051)	0,1327*** (0,0050)	-3,9861*** (0,1994)	-3,8480*** (0,1920)
Desigualdade de Terras	-0,1483*** (0,0438)	-0,2174*** (0,0445)	10,3419*** (1,6201)	14,2386*** (1,6202)
Concentração Política	-0,1294** (0,0520)	-0,1617*** (0,0513)	-1,7575 (2,0626)	-0,3920 (1,9857)
Controles Geográficos	Sim	Sim	Sim	Sim
Constante	3,1233*** (0,0874)	3,3078*** (0,2883)	121,6805*** (10,1304)	114,168*** (3,3868)
Observações	4872	4872	4872	4872
Teste F	478,88 F(36, 4835)	453,58 F(40, 4831)	560,65 F(40, 4831)	575,06 F(36, 4835)
R2	0,76	0,77	0,78	0,77

1 – Erro padrão robusto de Huber/White *** significante a 1% ** significante a 5% * significante a 10%.

Esses resultados se mantêm mesmo quando considerada a possível endogeneidade, conforme se verifica na Tabela 5, colunas 1, 3 e 5, o acerto das considerações de Furtado (1969).

Tabela 5a: Desenvolvimento, Instituições e Geografia nos Municípios Brasileiros – Estimados por 2SIV 1

	Pobreza 1	Pobreza 2	Indigência 3	Indigência 4	Desig. 5	Desig. 6
Ciclo da Cana	16,3513*** (2,0040)	351,8371*** (37,5842)	9,0086*** (1,7597)	277,3126*** (31,8153)	0,0545*** (0,0093)	0,5947*** (0,1520)
Ciclo da Cana x Distância de Portugal		-46,7589*** (5,0516)		-36,9338*** (4,2596)		-0,0794*** (0,0204)
Ciclo do Ouro	7,8817*** (2,3755)	164,1005*** (51,9115)	3,5426* (2,0007)	54,4618 (44,5998)	0,0348*** (0,0108)	0,8057*** (0,2285)
Ciclo do Ouro x Distância de Portugal		-19,5314*** (6,1875)		-6,7182 (5,3146)		-0,0976** (0,0272)
Ciclo do Café	-18,0570*** (0,9272)	255,4032*** (50,6266)	-15,1941*** (0,7025)	178,3810*** (42,6362)	-0,0288*** (0,0042)	0,9501*** (0,2108)
Ciclo do Café x Distância de Portugal		-30,1824*** (5,6909)		-21,2191*** (4,7898)		-0,1083*** (0,0237)
Distância de Portugal (em 1.000 km)	8,3821*** (1,9169)	11,3632*** (2,3293)	8,8412*** (1,6766)	13,0221*** (2,0032)	0,0312*** (0,0084)	0,0213** (0,0092)
Governança Municipal	-3,3702*** (0,3028)	-3,3609*** (0,3209)	-1,8464*** (0,2454)	-1,7664*** (0,2623)	0,0023* (0,0013)	0,0021 (0,0013)
Acesso à Justiça	-4,0641*** (0,2227)	-4,0866*** (0,2370)	-2,6841*** (0,1825)	-2,8114*** (0,1946)	0,0076*** (0,0009)	0,0076*** (0,0009)
Desigualdade de Terras	10,0120*** (1,7719)	10,5186*** (2,0041)	4,8422*** (1,4668)	5,1038*** (1,6708)	0,0494*** (0,0077)	0,0552*** (0,0084)
Concentração Política	-1,9101 (2,3729)	-6,0047** (2,5242)	-2,5716 (2,0567)	-4,5604** (2,2367)	-0,0479*** (0,0111)	-0,0538*** (0,0108)
Controles Geográficos	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Constante	55,5355*** (13,0864)	37,2951** (15,0092)	19,5477* (11,2295)	-6,1412 (12,6568)	0,3840*** (0,0577)	0,4346*** (0,0591)
Observações	4652	4652	4652	4652	4652	4652
Teste F	1122,35 F(13, 4638)	756,60 F(16, 4635)	795,16 F(13, 4638)	556,91 F(16, 4635)	105,33 F(13, 4638)	89,33 F(16, 4635)
R2	0,72	0,69	0,69	0,65	0,21	0,23

1 – Erro padrão robusto de Huber/White *** significante a 1% ** significante a 5% * significante a 10%.

As origens coloniais da pobreza e da má distribuição de renda

Por fim, observa-se na tabela 6 que, em se tratando de explicar o crescimento econômico, os modelos acima acrescidos das medidas atuais de pobreza e desigualdade conseguem explicar quase 100% das diferenças entre os valores do PIB *per capita* em cada município. Verifica-se pelos R²'s das equações abaixo (colunas 1 a 4 da tabela 6) que a inclusão da pobreza ou da indigência nos modelos da tabela 5 eleva o poder explicativo desses modelos para 93% e 90%. A inclusão da desigualdade ao lado da pobreza eleva o poder explicativo para 97% (coluna 4).

Tabela 6: Desenvolvimento, Pobreza, Instituições e Geografia nos Municípios Brasileiros – Estimados por MQO 1

	PIB/PC (ln) 1	PIB/PC (ln) 2	PIB/PC (ln) 3	PIB/PC (ln) 4
Percentual de Pobres	-0,0242*** (0,0002)			-0,0268*** (0,0002)
Percentual de Indigentes		-0,0278*** (0,0002)		
Desigualdade Social (GINI)			0,4823 (0,1020)	2,1974*** (0,0436)
Ciclo da Cana	-0,3981** (0,1723)	-0,1553 (0,2092)	1,7349*** (0,4235)	0,2589** (0,1093)
Ciclo da Cana x Distância de Portugal	0,0502** (0,0231)	0,0114*** (0,0278)	-0,2275*** (0,0561)	-0,0364** (0,0145)
Ciclo do Ouro	0,1996 (0,2020)	0,6304** (0,2599)	-1,8903*** (0,4773)	0,0314 (0,1267)
Ciclo do Ouro x Distância de Portugal	-0,0311 (0,0243)	-0,0880*** (0,0314)	0,2169*** (0,0567)	-0,0064 (0,0151)
Ciclo do Café	0,9659*** (0,1909)	-0,4247* (0,2287)	-2,8214*** (0,4255)	0,6315*** (0,1181)
Ciclo do Café x Distância de Portugal	-0,1107*** (0,0217)	0,0579** (0,0259)	0,3602*** (0,0481)	-0,0745*** (0,0134)
Distância de Portugal (em 1.000 km)	-0,0495*** (0,0194)	-0,0065 (0,0227)	-0,0116 (0,0494)	-0,0385*** (0,0142)
Controles Geográficos	Sim	Sim	Sim	Sim
Constante	6,3033*** (0,1339)	5,4140*** (0,1533)	2,9684*** (0,3180)	5,2105*** (0,0990)
Observações	4970	4970	4872	4872
Teste F	1894,69 F(37, 4932)	1378,46 F(37, 4932)	308,13 F(37, 4932)	575,06 F(36, 4835)
R ²	0,93	0,90	0,68	0,97

1 – Erro padrão robusto de Huber/White *** significante a 1% ** significante a 5% * significante a 10%.



CONCLUSÕES

E FUTURAS LINHAS DE PESQUISA

As estruturas jurídicas e econômicas criadas a partir do processo de colonização são uma hipótese hábil a explicar bastante dos padrões de pobreza e desigualdade observados em nosso País e, possivelmente, em muitas outras ex-colônias. Os efeitos sobre o desenvolvimento se dão por meio da concentração econômica, da pobreza e da desigualdade. Tanto as hipóteses geográficas como as institucionais devem ser colocadas em perspectiva, pois parecem ser muito mais efeitos dessas estruturas do que explicações autônomas.

A habilidade em concentrar os recursos de capital, mão-de-obra e acesso ao mercado varia dependendo da situação histórica analisada. Isso primeiro faz realçar a necessidade da análise dos episódios coloniais para uma clara compreensão da formação dos padrões de pobreza e desigualdade social. Em segundo lugar essas diferenças vão determinar a maior ou menor pobreza e desigualdade social.

A drenagem de recursos entre setores e a habilidade de explorar mais ou menos intensamente a mão-de-obra resultou em uma menor concentração no ciclo do café e uma maior concentração no ciclo da cana, com o ciclo do ouro ocupando uma posição intermediária. Esses testes aliados à íntima e demonstrada relação entre estruturas e ciclos evidenciam a coerência da explicação de indicadores sociais, de pobreza e distribuição de renda, a partir da análise de estruturas econômicas.

O desenvolvimento de modelos hábeis a separar os efeitos das instituições dos efeitos das estruturas é um desenvolvimento natural deste estudo, bem como o detalhamento da dinâmica das estruturas aqui descritas, de sorte a encontrar outros indicadores empíricos da sua existência e evolução, além dos ciclos econômicos brasileiros.



BIBLIOGRAFIA

- ACEMOGLU, D.; JOHNSON, S.; ROBINSON, J. The colonial origins of comparative development: An empirical investigation, *American Economic Review*, v. 91, p. 1.369-1.401, 2001.
- ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James A. *De facto* political power and institutional persistence, *American Economic Review*, American Economic Association, v. 96(2), p. 325-330, May 2006.
- ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. *Economic backwardness in political perspective*. NBER Working Paper 8.831, 2002.
- ALESINA, Alberto; ANGELETOS, George-Marios. *Corruption, inequality and fairness*. Harvard Institute of Economic Research, discussion paper n. 2.070, 2005.
- ALMEIDA, Rita; CARNEIRO, Pedro. *Enforcement of regulation, informal labor and firm performance*, IZA Discussion Paper 1759, 2005.
- ARIDA, Pésio; BACHA, Edmar; RESENDE, André Lara. *Credit, interest, and jurisdictional uncertainty: conjectures on the case of Brazil*. Rio de Janeiro: IEPE/CdG, Texto para Discussão n. 2, 2003, Publicado em GIAVAZZI, F.; GOLDFAJN, I.; HERRERA, S. (Org.). *Inflation targeting, debt, and the Brazilian experience, 1999 to 2003*. Cambridge, MA: MIT Press, may 2005.
- BLACKBURN, R. *The overthrow of colonial slavery*. New York, 2000.
- BERKOWITZ, Daniel; PISTOR, Katharina; RICHARD, Jean-Francois. Economic development, legality, and the transplant effect, *European Economic Review*, n. 47 (1), p. 165-195, February 2003.
- BOUND, John; JAEGER, David; BAKER, Regina. Problem with instrumental variables estimation when the correlation between the instruments and the endogenous explanatory variables is

CONCENTRAÇÃO, ESTRUTURAS E DESIGUALDADE

weak. *Journal of American Statistical Association*, v. 90 (430), p. 443-450, 1995.

COASE, Ronald Harry. *The nature of the firm*. The firm, the market, and the law. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

COMANOR, W.; Smiley, R. Monopoly and the distribution of wealth. *The Quarterly Journal of Economics* 89, 2, p. 177 e ss., 1975.

DENOON, D. *Settler capitalism: the dynamics of dependent development in the southern hemisphere*. Oxford: Clarendon Press, 1983.

DJANKOV, Simeon; LA PORTA, Rafael; LOPEZ-DE-SILANES, Florencio; SHLEIFER, Andrei. Courts, *Quarterly Journal of Economics*, n. 118 (2), p. 453-517, May 2003.

FAUNDEZ, Julio (Ed.). *Good government and law*. London: The British Council, 1997.

FERRÃO, Brisa; RIBEIRO, Ivan César. Os juízes brasileiros favorecem a parte mais fraca? *Revista de Direito Administrativo (RDA)*, São Paulo: FGV – Jurídico Atlas, v. 244, p. 53-82, jan.-abr. 2007.

FRAGOSO, J. L Ribeiro *Homens de grossa aventura – acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro 1790-1830*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FURTADO, Celso. *Economia latino-americana*. São Paulo: Companhia Nacional, 1976.

_____. *Formação econômica do Brasil*. 9. ed. São Paulo: Nacional, 1969.

GALLUP, J. L.; GAVIRIA, A.; LORA, E. *Geografia é destino?* Trad. Fernando Santos. São Paulo: Vunesp, 2007.

GLAESER, Edward L.; LA PORTA, Rafael; LOPEZ-DE-SILANES, Florencio; SHLEIFER, Andrei. Do Institutions Cause Growth. *Journal of Economic Growth*, 9, p. 271-303, 2004.

GLAESER, Edward L.; SHLEIFER, Andrei. Legal origins, *Quarterly Journal of Economics*, 117: 1193-1230, 2002.

As origens coloniais da pobreza e da má distribuição de renda

- GLAESER, Edward; SCHEINKMAN, José; SHLEIFER, Andrei. The injustice of inequality. *Journal of Monetary Economics*, 50: 199-222, 2003.
- GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1978.
- GREIF, Avner. Contract enforceability and economic institutions in early trade: The Maghribi Trader's Coalition. *American Economic Review*, v. 83, p. 525-548, 1993.
- GUNNAR MYRDAL. *Economic theory and underdeveloped regions*. New York: Harper & Row, 1957.
- HAHN, J. Y.; HAUSMAN, J. Weak instruments: Diagnosis and cures in empirical econometrics, *American Econometric Review*, v. 93 (2), p. 118-125, May 2003.
- HAUSMAN, R.; PRITCHETT, L.; RODRIK, D. *Growth accelerations*. NBER Working Paper 10566, June, 2004.
- HECKMAN, James J.; ROBB Jr., Richard. Alternative methods for evaluating the impact of interventions: an overview. In: HECKMAN, James J.; SINGER, Burton S. (eds.). *Longitudinal analysis of labor market data (econometric society monographs)*. Cambridge: Cambridge University Press, October 1985.
- HELPMAN, Elhanan. *The mystery of economic growth*. Cambridge: Harvard University Press, 2004.
- MACLEOD, M. *Aspects of the internal economy of colonial Spanish America: labour, taxation, distribution and exchange*. Cambridge History of Latin America, Cambridge, 1984. v. 2.
- McARTHUR, John W.; SACHS, Jeffrey D. *Institutions and geography: comment on Acemoglu, Johnson and Robinson (2000)*. NBER Working Paper Series, n. 8.114, 2001.
- MENEZES-FILHO, Naércio; MARCONDES, Renato Leite; PAZELLO, Elaine Toldo; SCORZAFAVE, Luiz Guilherme. Instituições e diferenças de renda entre os Estados brasileiros: Uma análise histórica. *XXXIV Encontro Nacional de Economia*, Salvador, dez. 2006.

CONCENTRAÇÃO, ESTRUTURAS E DESIGUALDADE

NARITOMI, Joana. *Herança colonial, instituições e desenvolvimento: um estudo sobre a desigualdade entre os municípios brasileiros*. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: PUC, 2007. Disponível em: <http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/biblioteca/php/mostrateses.php?open=1&arqtese=0510685_07_Indice.html>. Acesso em: ago. 2007.

_____; SOARES, Rodrigo R.; ASSUNÇÃO, Juliano J. *Rent Seeking and the unveiling of 'de facto' institutions: development and Colonial Heritage within Brazil*, NBER Working Paper n. 13.545, October 2007. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w13545>>. Acesso em: dez. 2007a.

_____; _____. *Herança colonial, instituições e desenvolvimento: um estudo sobre a desigualdade entre os municípios Brasileiros*, Prêmio IPEA 2007, Monografias Premiadas (Menção Honrosa), October 2007b. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/ipea_caixa/2007/profissional_tema02_mh.pdf. Acesso em: fev. 2008.

NORTH, Douglass C. *Institutions, institutional change and economic performance*. New York: Cambridge University Press, 1990.

OLIVEIRA, Francisco de. *A economia da dependência imperfeita*. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

PERSSON, Torsten; TABELLINI, Guido. Is inequality harmful for growth? *The American Economic Review*, v. 84 (3), p. 600-621, jun. 1994.

POWEL, I. The effect of reduction in concentration in income distribution. *The Review of Economics and Statistics* 69, 1, 1987.

PRADO JUNIOR, Caio *Formação do Brasil contemporâneo*. 18. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1976.

RAJAN, Raghuram G.; ZINGALES, Luigi. *Saving capitalism from the capitalists: unleashing the power of financial markets to create wealth and spread opportunity*. Princeton: Princeton University Press, 2004.

As origens coloniais da pobreza e da má distribuição de renda

- _____. RAJAN, Raghuram G.; ZINGALES, Luigi. *The persistence of underdevelopment: institutions, human capital, or constituencies?* NBER Working Paper n. 12093, 2006.
- RIBEIRO, Ivan. A Influência da Segurança Jurídica sobre as Taxas de Juros na Alienação Fiduciária. In: _____; CAVALCANTI, Nicolau da Rocha. *Crédito imobiliário*. São Paulo: Instituto Tendências. 2005b. Menção Honrosa no I Concurso do Instituto Tendências de Monografias em Direito e Economia.
- _____. Concorrência bancária e determinantes institucionais da taxa de juros: uma análise empírica de séries de tempo. *Revista do IBRAC*, v. 13, n. 1, p. 139-168, 2006a. 1.º Colocado no VI Concurso Nacional IBRAC-Esso de Monografias em Defesa da Concorrência, categoria de Pós-Graduação.
- _____. O formalismo do sistema judicial é sempre prejudicial? *Revista Economia Ensaios*, v. 21, n. 2, p. 7-36, jul. 2007a.
- _____. *Robin Hood versus King John: como os juízes locais decidem casos no Brasil*. Prêmio IPEA-Caixa 2006, primeiro colocado na categoria profissional. Prêmio IPEA-Caixa 2006: Monografias Premiadas, p. 23-61, Brasília: IPEA, 2007b, republicado em *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, 2008.
- RODRIG, D.; SUBRAMANIAN, A.; TREBBI, F. *Institutions rule: the primacy of institutions over geography and integration in economic development*. NBER Working Paper n. 9.305, 2002.
- SACHS, J. *Tropical underdevelopment*. NBER Working Paper 8119, 2001.
- SALA-I-MARTIN, Xavier X. 15 years of new growth economics: What have we learnt? *Central Bank of Chile*, Working Paper 172, 2002.
- SALOMÃO FILHO, Calixto. *Direito concorrencial – as estruturas*. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.
- SCHERER, F. *Industrial market structure and economic performance*. Chicago: Rand Mc Nally, 1970.

CONCENTRAÇÃO, ESTRUTURAS E DESIGUALDADE

SEN, Amartya. *Development as freedom*. New York: Knopf, 1999.

TRUBEK, David M.; GALANTER, Marc. Scholars in self-estrangement: some reflections on the crisis in law and development studies in the United States. *Wisconsin Law Review*, n. 4, p. 1.062-1.102, 1974.

WILLIAMSON, O. E. *The economic institutions of capitalism: firms, markets, relational contracts*. New York: The Free Press, 1985.

WOOLDRIDGE, Jeffrey M. *Econometric analysis of cross section and panel data*. Cambridge: MIT Press, 2001.

YATCHEW, Adonis; GRILICHES, Zvi. Specification error in probit models. *The Review of Economics and Statistics*, MIT Press, v. 67(1), p. 134-139, Feb.1985.

REFERÊNCIAS

Atlas do Desenvolvimento Humano 2000. PNUD, 2003.

IBGE. *Pesquisa de Informações Básicas Municipais – Perfil dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2001.

TSE. Dados das eleições municipais de 2004.

Ciclo do Café:

Anuário Estatístico do Café. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro do Café. 1934-1946.

BOTELHO, Cândida Maria de Arruda. *Fazendas Paulistas do ciclo do café: 1756-1928*. São Paulo: Arvore da Terra, 1996.

LAMAS, Fernando Gaudereto; SARAIVA, Luiz Fernando; ALMICO, Rita de Cássia da Silva. *A zona da mata mineira: subsídios para uma historiografia*.

MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. *Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1980.

MILLIET, Sergio. *Roteiro do café: análise histórico-demográfica da expansão cafeeira no Estado de São Paulo*.

_____. *Roteiro do café e outros ensaios*.

SIMONSEN, Roberto C. (Roberto Cochrane). Aspectos da história econômica do café. *Revista do Instituto do Café*, São Paulo, v. 26, fasc. 155, p. 30-40, 1938.

CONCENTRAÇÃO, ESTRUTURAS E DESIGUALDADE

TAUNAY, Afonso de E. (Afonso de Escragnoille). *Pequena história do café no Brasil (1727-1937)*.

_____. *Subsídios para a história do café no Brasil colonial*.

Ciclo da Cana:

ABREU, J. C. de. *Capítulos de história colonial (1500-1800)*. 7. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

CASTRO, A. B. de. Escravos e senhores nos engenhos do Brasil: um estudo sobre os trabalhos do açúcar e a política econômica dos senhores. *Estudos Econômicos*, v. 7, n.1, p. 177-220, jan.-abr. 1977.

FERLINI, Vera Lúcia A. *Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no nordeste colonial*. São Paulo: Brasiliense, CNPq, 1988.

FRAGOSO, J. L. R. *Comerciantes, fazendeiros e formas de acumulação em uma economia escravista-colonial: Rio de Janeiro, 1790-1888*. Tese (Doutoramento). Niterói: ICHF/UFF, 1990. (mimeo).

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL. *Documentos para a história do açúcar*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Histórica, 1954, v. 1 (Legislação, 1534-1596).

MARIUTTI, E. B.; NOGUERÓL, L. P. F.; NETO, M. D. Mercado interno colonial e grau de autonomia: críticas às propostas de J. L. Fragoso e M. Florentino. *Estudos Econômicos* v. 31(2), p. 369-393, abr.-jun. 2001.

MCCLELLAND, P.D. *Causal explanation and model building in history, economics and new economic history*. New York: Ithaca, 1975.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Cia. das Letras, 2005.

As origens coloniais da pobreza e da má distribuição de renda

Ciclo do Ouro:

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2006.

PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1976.

SIMONSEN, Roberto C. *História Econômica do Brasil (1500-1820)*. São Paulo: Nacional, 1977.